

TVR
N.º 400, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 102/2020
OF 106/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.590, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabo de Santo Agostinho , Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 463, de 6 de maio de 2015 - Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, no município de Camaragibe - PE;
- 2 - Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015 - Fundação Beneficente Rosal da Liberdade, no município de Redenção - CE;
- 3 - Portaria nº 545, de 9 de maio de 2016 - Sociedade dos Ecologistas de Tambaú, no município de Tambaú - SP;
- 4 - Portaria nº 896, de 9 de maio de 2016 - Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda, no município de Porto Seguro - BA;
- 5 - Portaria nº 1.019, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense, no município de Catanduvas - PR;
- 6 - Portaria nº 1.143, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, no município de Coxim - MS;
- 7 - Portaria nº 1.832, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte, no município de Pirenópolis - GO;
- 8 - Portaria nº 1.943, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo, no município de Cantagalo - PR;
- 9 - Portaria nº 1.906, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol, no município de Caracol - MS;
- 10 - Portaria nº 2.204, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia, no município de Pompeia - SP;
- 11 - Portaria nº 2.618, de 7 de junho de 2017 - Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária, no município de Campo Grande - MS;
- 12 - Portaria nº 2.622, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos, no município de Cachoeira Dourada - GO;
- 13 - Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017 - Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco, no município de Ribeirão Branco - SP;
- 14 - Portaria nº 5.085, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ambientalista de Marilândia, no município de Marilândia - ES;
- 15 - Portaria nº 5.225, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa, no município de Terra Roxa - SP;
- 16 - Portaria nº 5.229, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Martinho Prado Júnior, no município de Mogi Guaçu - SP;

- 17 - Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova, no município de Porto Ferreira - SP;
- 18 - Portaria nº 712, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalom, no município de Rio Grande - RS;
- 19 - Portaria nº 1.010, de 14 de março de 2018 - Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, no município de Cabo Frio - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.031, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Firminópolis, no município de Firminópolis - GO;
- 21 - Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no município de Coronel Murta - MG;
- 22 - Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018 - Associação Rádio Comunitária de Belterra, no município de Belterra - PA;
- 23 - Portaria nº 3.886, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos, no município de Dois Vizinhos - PR;
- 24 - Portaria nº 3.895, de 2 de agosto de 2018 - Fundação Cidadania, no município de José de Freitas - PI;
- 25 - Portaria nº 6.735, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula - RJ;
- 26 - Portaria nº 6.848, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, no município de Americana - SP;
- 27 - Portaria nº 6.857, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária Zabelê FM, no município de Remanso - BA;
- 28 - Portaria nº 7.014, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Rádio FM Cláudia, no município de Cláudia - MT;
- 29 - Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária São José, no município de Juazeirinho - PB;
- 30 - Portaria nº 7.037, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ, no município de Juti - MS;
- 31 - Portaria nº 7.152, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas, no município de Congonhas - MG;
- 32 - Portaria nº 7.231, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cidadã de Cananéia, no município de Cananéia - SP;
- 33 - Portaria nº 7.586, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM, no município de Muaná - PA;
- 34 - Portaria nº 7.587, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Beneficente de Altaneira, no município de Altaneira - CE; e
- 35 - Portaria nº 7.590, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, no município de Cabo de Santo Agostinho - PE.



Brasília, 18 de março de 2020.

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.009880/2014-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, inscrita no CNPJ nº 03.004.577/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28486/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7590, de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 7590/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000125/1999 e nº 53900.009880/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533604** e o código CRC **5C0AC276**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34333/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, nº 53900.009880/2014-14.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654283** e o código CRC **889CBE58**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.009880/2014-14
Interessado:	Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.044.577/0001-60
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PE
Localidade:	Cabo de Santo Agostinho
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 09/04/2018, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2836505** e o código CRC **A25BE036**.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 2836505

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM

CNPJ: 03.004.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
 Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660

Ofício 04/2014

Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014

Ilmo. Sr.
 Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
 Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Senhor Coordenador,

Em atenção dos que consta na Portaria nº 197 de 1º de julho de 2013, que estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária, estamos reiterando o interesse da Entidade na Renovação de Outorga, e segue para análise a documentação em conformidade com o subitem 20.3 da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, alterado pela Portaria 197 de 01/07/2013.

Atenciosamente.

José Carlos da Cunha
José Carlos da Cunha
 PRESIDENTE
 CPF. nº 533.397704-68



1º OFÍCIO - 1º OFÍCIO
 Idelson Torres de Sá - Tabelião
 Ana Rosa Vasconcelos Alves - Substituta
 Vânia M. de A. Feliciano - Substituta
 TOTAL R\$

Reconheço por semelhança a minha
José Carlos da Cunha
 Junho, de 2014

Cabo de Sº Agostinho

14 JUL. 2014

Em testº *Conceição* da verdade
Conceição
 1º Tabelião Público
 Válido somente com o selo de autenticidade

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 31/07/14 às 16:40 horas

Assinatura: *Conceição*

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM

CNPJ: 03.044.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429


**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC
Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº
197, de 1º de julho de 2013).**

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014


PRESIDENTE: José Carlos da Cunha
CPF. nº 533.397704-68

Endereço para correspondência: Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol, Ponte dos
Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660

Telefone para contato: 081 – 35221508

Correio eletrônico (e-mail): radioponte@hotmail.com

ARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Antonio Torres de Sá - Tabelião
Rua Vasconcelos Alves - Substituta
Vânia M. de A. Feliciano - Substituta
Vânia TOTAL R\$

Reconheço por assinatura a firma
José Carlos da Cunha, João S. C.
Cabo de Stº Agostinho
14 JUL. 2014
Em Testº K. e. e. m. u. da verdade
1º Tabelião Público
Válido somente com o selo de autenticação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização
ANOREG-PE FIRMA 1
ANNO 39681

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM**

CNPJ: 03.044.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660**

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS RADIO COMUNITÁRIA PONTE FM, inscrita no CNPJ sob o nº 03.044.577/0001-60 com sede na Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660. Entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 504 datada de 02/04/2002, publicado no DOU de 09/04/2002 e Decreto Legislativo nº 429 datado de 13/08/2004 publicado no Diário Oficial da União datado de 16/08/2004, vem respeitosamente à presença de V. Exmo., requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

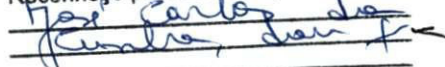
Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014


PRÉSIDENTE: José Carlos da Cunha
CPF. nº 533.397704-68



OFÍCIO
CAR: 17
Ideltonso
Ana Rosa
Vânia M
es de Sá - Tabelião
- oncelos Alves - Substituta
de A. Feliciano - Substituta

Reconheço por semelhança a firma de



Cabo de Stº Agostinho

14 JUL. 2014

Em Testº da verdade

1º Tabelião Público
Válido somente com o selo de autenticidade

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM**

CNPJ: 03.044.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE. CEP: 54.580-660**

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

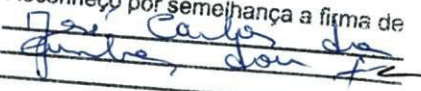
Eu, **José Carlos da Cunha**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS RADIO COMUNITÁRIA PONTE FM**, declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014


PRESIDENTE: José Carlos da Cunha
CPF. nº 533.397704-68

OFÍCIO - 1º OFÍCIO
Torres de Sá - Tabelião
José Carlos Alves - Substituta
A. Feliciano - Substituta
FAL R\$

Reconheço por semelhança a firma de



14 JUL. 2014

Cabo de Stº Agostinho

Em Teste  da verdade

1º Tabelião Público

do somente com o selo de autenticidade





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

CNPJ: 03.004.577/0001-60

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:10:03 do dia 16/07/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/08/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.004.577/0001-60 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/02/1999	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA PONTE FM					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-5-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA					
LOGRADOURO R JOAO PAES BARRETO - ALTO DO SOL			NÚMERO 42		COMPLEMENTO
CEP 54.580-000	BARRO/DISTRITO PONTE DOS CARVALHOS		MUNICÍPIO CABO DE SANTO AGOSTINHO		UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 16/07/2014 às 14:34:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, fica constituída em 08/02/1999 sob o nº 531, uma Associação civil, de direito privado, sem finalidade econômica, que se regerá pelo presente estatuto e pela específica.

Art. 2º - A sede da Associação será à Rua João Paes Barreto, 42 – Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho – PE

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, com denominação de Fantasia Rádio Comunitária Pontes FM, terá por finalidade a **Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária**, com a vista a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Prestar o Serviço Limitado Privado (SLP), com conexão a internet, atendendo as comunidades com raio de cobertura da Associação.
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- g) Promover cursos profissionalizantes.

Art. 4º - A Associação terá a duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, mediante o preenchimento de formulário próprio, e que sejam aprovados pela Diretoria da Associação, e mantenham em dias as suas contribuições mensais estipuladas pela Assembleia Geral e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Ildefonso Torres de Sá
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



Parágrafo Único – O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas, esta última desde que legalmente constituídas, e todas as classes, em número ilimitado.

Art. 6º - A exclusão de associados far-se-á sempre mediante decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada para esta finalidade, com amplos poderes de defesa pelos Associados.

Art. 7º - Além dos fundadores, poderão ser criadas outras categorias de associados, tais como, beneméritos, honorários, contribuintes, colaboradores, etc., após deliberações da Diretoria e aprovação da Assembléia Geral que definirá, inclusive, normas quanto à sua admissão, direitos e deveres.

Direito dos Associados

Art. 9º - São direitos de todos os associados:

- a) Votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos da Associação, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;
- b) Participar e colaborar das atividades da Associação, apresentando sugestões que visem seu engrandecimento;
- c) Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- d) Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- e) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- f) Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Deveres dos Associados

Art. 10º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e respeitar o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Acatar as determinações da Diretoria;
- c) Contribuir com seu trabalho e dedicação à consecução das finalidades sociais, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuídos;
- d) Efetuar mensalmente a contribuição a Associação no valor de R\$ 5.00 (cinco reais), para cobrir as despesas oriundas de suas atividades, junto à comunidade de atuação.

CAPÍTULO III Da Administração

Art. 11 - A Associação será administrada por:

- I – Assembleia Geral
- II – Diretoria Executiva
- III – Conselho Fiscal

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033
TITULAR
foi exibido: dou fé.
CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTARIO
Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17
RQ1070176

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Fiscalização
ANEXOS PE
AUTENTICAÇÃO
RQ1070176

IV – Conselho Comunitário

Da Assembleia Geral

Art. 12 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada três meses, no dia 20 do mês, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04(quatro) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um quinto nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Parágrafo Quarto - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados à pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Da Diretoria

Art. 13 – A Associação será dirigida por uma Diretoria eleita em Assembleia para um período de 04 anos, podendo ser reeleita por mais um período.

Art. 14 – A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos:

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033
Ildefonso Torres de Sá TITULAR
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido: dou fé.
CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.
Dp.: 7 *Ildefonso Torres de Sá* NOTÁRIO
ILDEFONSO TORRES DE SÁ
Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total:



- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretário Geral
- IV – Tesoureiro;
- V – Diretor de Operações

Parágrafo Primeiro - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 15 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) São Atribuições de cada dirigente:

a) Ao Presidente compete: representar a Associação, passiva, ativa e judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao Vice Presidente compete: assessorar e substituir ao Presidente nas suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância.

c) Ao Secretario Geral compete: Dirigir os serviços administrativos; Organizar o expediente e redigir as correspondências; Secretariar as reuniões da Diretoria, das Assembléias Gerais, redigindo e lavrando atas; Manter o Sistema Contábil patrimonial da Associação; Elabora e submeter à Diretoria, o relatório financeiro anual; Outras atribuições correlatas definidas pelo Presidente.

d) Ao Tesoureiro compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação,



assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com os Presidentes todos os documentos concernentes à vida financeira da Associação, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

e) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Do Conselho Fiscal

Art. 16 - O Conselho Fiscal é constituído de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) Titulares e 03 (três) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria.

Art. 17 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar sempre que achar conveniente, a contabilidade e a Tesouraria da Associação;
- b) Emitir parecer prévio sobre assuntos de interesse da Associação, a pedido da Diretoria;
- c) Examinar e emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria;
- d) Denunciar irregularidades porventura verificadas, sugerindo medidas julgadas necessárias, à Diretoria ou à Assembléia Geral.

Art. 18 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

Art. 19 - O Presidente do Conselho Fiscal será um dos membros Titulares, eleito em votação, pela Diretoria.

Art. 20 - As reuniões do Conselho Fiscal serão secretariadas por um dos seus membros Titulares, indicado pelo Presidente.

Do Conselho Comunitário.

Art. 21 - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Op.: 7 *Katia Carneiro*
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

Art. 22 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

CAPÍTULO IV Das Eleições

Art. 23 - As chapas para a Diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de Eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendo de no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Art. 24 - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Art. 25 - A Diretoria será formada pela chapa que alcançar maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por chapa, desde que obtido o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida em Assembleia Geral.

CAPÍTULO V Do Patrimônio

Art. 26 - O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus associados, doações, subvenções e legados.

Art. 27 - A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria da Assembleia Geral extraordinária, convocada especialmente para tal fim.



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral **Ildefonso Torres de Sá**
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0383 - Fax: (81) 3521-0033
TITULAR
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido; dou fé.
CABO DE SÃO AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO
Encargamentos: R\$ 2,44 - TSNR: R\$ 0,33 - Total: R\$



Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria, que será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPITULO VI

Do Exercício Social

Art. 28 – O exercício social da terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29 – Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elabora, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Art. 30 – A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral Extraordinária especialmente para este fim.

Art. 31 – A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 32 – No caso de extinção, competirá à Assembleia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação.

Art. 33 – Extinta a sociedade seus bens serão doados a uma instituição congênere.

CAPÍTULO IX

Disposição Gerais e Transitórias

Art. 34 - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 35 - O quadro de pessoal deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 36 - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria executiva e encaminhados à Assembléia Geral para apreciação.

Art. 37 - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvados os



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido; dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Ildefonso Torres de Sá
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



caso em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.38 - Nenhum membro desta Associação, inclusive os do Conselho Comunitário poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações [sob qualquer forma ou pretexto.

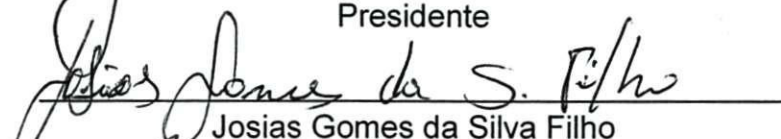
Parágrafo Único - Não se considera remuneração para os fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, representações e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art.39 - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A receita da será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

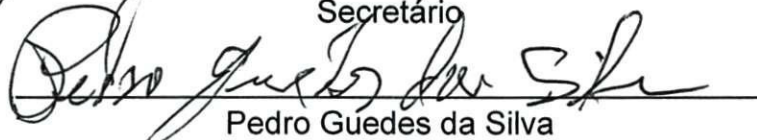
Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013


José Carlos da Cunha

Presidente


Josias Gomes da Silva Filho

Secretário


Pedro Guedes da Silva

Tesoureiro

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Protocolado sob o nº 17189 e registrado em Pessoa

Júridica sob o nº 2775 e averbado ao nº 531

Cabo de Sto. Agostinho/PE, 19 de setembro de 2013

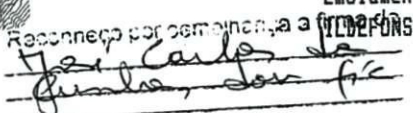
Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização ACS085145.

Emolumentos R\$ 114,18 - TSNR R\$ 22,94 - PERG R\$ 11,42

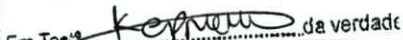
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - TABELIÃO

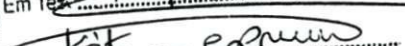


CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá - Tabelião
Ana Rosa de Vasconcelos Alves-Substituta
Vânia Mª de A. Feliciano - Substituta

Reconheço por assinatura a autenticidade da


19 SET. 2013

Em Teste  da verdade


1º Tabelião Público
válido somente com o selo de autenticidade

Cabo de Stº Agostinho

CARTÓRIO - 1º OFÍCIO

Ildefonso Torres de Sá
Tabelião
Ana Rosa de Vasconcelos Alves
Substituta
Vânia Mª de A. Feliciano
Escritor Autorizada
Cabo de Stº Agostinho - PE



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.


ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



Cartório do 1º Ofício

Ildefonso Torres de Sá - Oficial

Ana Rosa de Vasconcelos Alves - 1ª Substituta

Vânia Mª. de Almeida Feliciano - 2ª Substituta

Rua Dr. Antônio de Souza Leão nº 188 - Cabo de Sto. Agostinho PE CEP: 54.505-330 - CNPJ: 11.609.823/0001-35
email: cartorio1oficiocabo@yahoo.com.br
Fone: (81) 3521.0393 Fax: (81) 3521.0033

• ESCRITURAS • PROCURAÇÕES • REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS • HIPOTECAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES • FIRMAS E AUTENTICAÇÕES

Página: 1 de 3

Certidão Registro nº 2873

Certifico que a presente cópia é de igual teor do original registrado

TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO.

Art. 1º - Sob a denominação de Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, fica constituída em 08/02/1999 sob o nº 531, uma Associação civil, de direito privado, sem finalidade econômica, que se regerá pelo presente estatuto e pela específica.

Art. 2º - A sede da Associação será à Rua João Paes Barreto, 42 A - Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho - PE.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, com denominação de Fantasia Rádio Comunitária Ponte FM, terá por finalidade a Execução do Serviço de Radiodifusão destinada à comunidade, com a vista a:

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (Internet), atendendo as comunidades com raio de cobertura da Associação;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- Promover cursos profissionalizantes.

Permanecem inalterados todos os demais capítulos e artigos do estatuto primitivo que não foram alterados por este instrumento de alteração estatutário. José Carlos da Cunha, Josias Gomes da Silva Filho, Pedro Guedes da Silva...

Cabo de Santo Agostinho, 06 de janeiro de 2014.

José Carlos da Cunha

Presidente

Josias Gomes da Silva Filho

Secretário

Pedro Guedes da Silva

Tesoureiro



CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá - Tabelião
Ana Rosa de Vasconcelos Alves - Substituta
Vânia Mª. de Almeida Feliciano - Substituta

21 JAN. 2014
1º Tabelião Público



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido: dou fé.
CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Dr. 1º Ildefonso Torres de Sá - Notário

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 100 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho/PE - Fone: (81) 3521.0200 - Fax: (81) 3521.0203

Protocolado sob o nº 17595 e registrado em Pessoa

Jurídica sob o nº 2873 e averbado ao nº 531

Cabo de São Agostinho/PE, 21 de janeiro de 2014

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização ACS006874.

Emolumentos R\$ 26,07 TSM R\$ 5,21 FENC R\$ R\$ 2,51

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - TABELIÃO

CARTÓRIO - 1 OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá
Tabelião
Ana Rosa de Vasconcelos Alves
Substituta
Vânia Mª de A. Feliciano
Escritorinha Autorizada
Cabo de São Agostinho - PE



AAA / 128920

Cartório do 1º Ofício

Ildefonso Torres de Sá - Oficial

Ana Rosa de Vasconcelos Alves - 1ª Substituta

Vânia Mª. de Almeida Feliciano - 2ª Substituta

• ESCRITURAS • PROCURAÇÕES • REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS • HIPOTECAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES • FIRMAS E AUTENTICAÇÕES

Rua Dr. Antônio de Souza Leão nº 188 - Cabo de Sto.
Agostinho PE CEP: 54.505-330 - CNPJ: 11.609.823/0001-35
email: cartorio1oficiocabo@yahoo.com.br
Fone: (81) 3521.0393 Fax: (81) 3521.0033

Certifico e dou fé. Cabo de Sto. Agostinho, 01 de julho de 2014

Oficial do Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas

Emolumentos: R\$ 18,64

TSNR: R\$ 4,14

FERC: R\$ 2,09

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização: ADQ047952



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Op.: *Ildefonso Torres de Sá*

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTARIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM

CNPJ 03.004.577/0001.60. Autorizada pelo decreto Lei 429

Inscrição Municipal 019.228-7, A Rua João Paes Barreto Nº 42 A Alto do Sol,
Pte. Dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE CEP 54.580.660

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS.

Aos dozes dias do mês de janeiro de dois mil e onze, às dezenove horas e trinta minutos em sua sede, à Rua João Paes Barreto, nº 42 "A", Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos nesta cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Ordinária os sócios da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos. Aclamada por unanimidade, assumiu os trabalhos o srº José Roberto Barbosa, tendo como pauta da ordem do dia 1º Eleição e posse da nova diretoria, tendo em vista de ter uma única chapa, pleiteando a direção da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, o Srº José Roberto Barbosa e secretário Mônica Maria da Cunha, convidada para secretariar os trabalhos. Verificando a presença, constatarem-se noventa e cinco por cento (95%) dos membros presente permanente presentes que, dentro de trinta minutos, seria iniciada. A votação, por votos secretos, com as cédulas a serem depositadas na urna. Que se encontrava sobre a mesa. Transcorrido o prazo e realizado a votação, a urna foi aberta e, apuradas os votos, foi eleito por maioria absoluta, a seguinte: Presidente o Srº José Carlos da Cunha, Brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, CPF 533.397.704-68, Cédula de Identidade Nº 3.248.274 SSP-PE, residente à Rua João Paes Barreto Nº 42, Vice presidente Srº José Roberto Barbosa, brasileiro, solteiro, Operador de Máquina,, CPF 896.860.464-46, cédula de Identidade nº 84.608.586 SSP-PE, residente à Rua Alto do Sol Nº 319 B, Secretário Srº Josias Gomes da Silva Filho, brasileiro, solteiro, autônomo, CPF 610.721.414-34 cédulas Identidade Nº 3.375.387 SSP-PE, Residente à Rua Salomão Luiz Soares Nº 06, Vice-secretária a Srª Monica Maria da Cunha, brasileiro, solteira, Professora, CPF 478.177.394-04, Cédula de Identidade Nº 2.720.122 SSP-PE residente à Rua Alto do Sol Nº 153, Tesoureiro Srº Pedro Guedes da Silva, brasileiro, casado, motorista, CPF 231.109.314-53 Cédula de Identidade Nº 1.112.803 SSP-PE residente à Rua Boa Vista Nº 85, Vice Tesoureiro Srº Antônio Severino da Silva, Brasileiro, casado, Auxiliar Administrativo, CPF 696.471.434-00, Cédula de Identidade Nº 2.174.355 SSP-PE, residente à Rua 23 nº 45, Alto dos Índios, Diretor de patrimônio Srº Diniz José, brasileiro, casado, Pedreiro, CPF 184.178.924-00, Nº cédula de Identidade 913.441 SSP-PE, residente à Rua Santa Margarida, Nº 80. O Conselho Fiscal, o Srº Nivaldo Luiz da Silva, CPF 082.481.684-68, o Srº Frank Renato Matias de Almeida CPF 025.659.774-09, Srº Daniel Eugênio da Silva, CPF 611.038.884-04, Srº Rosinaldo Antônio de Souza, CPF 735.494.104-25, Gilton Guedes da Silva CPF 048.489.044-12. Todos residentes em Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho – PE O presidente a seguir, após os resultados deu-se, portanto, encerradas as eleições e abertura das cerimônias de posse da Nova Diretoria, sendo incontinenti empossada a diretoria que tem sua composição acima descrita. e, como ninguém mais fizesse uso da palavra, apostem lavrado a presente ata em livro próprio, fiz a leitura e a submeti a apreciação de todos os presentes, sendo assinada pelo o presidente e por mim, finalizando as vinte e duas horas e dez minutos.



Assinaturas manuscritas:
José Carlos da Cunha
José Roberto Barbosa
Antônio Severino da Silva
Mônica Maria da Cunha
Pedro Guedes da Silva
Diniz José
Frank Renato Matias de Almeida
Daniel Eugênio da Silva
Rosinaldo Antônio de Souza
Gilton Guedes da Silva

1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá - Tabelião
Rosa Vasconcelos Alves-Substituta
Mª de A. Feliciano - Substituta

Reconheço por semelhança a firma do

Ildefonso Torres de Sá

19 SET. 2013

Cabo de Stº Agostinho

Em 19/09/2013 da verdade

Ildefonso Torres de Sá

1º Tabelião Público

válido somente com o selo de autenticidade



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Stº. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Protocolado sob o nº 17642 e registrado em Pessoa

Júridica sob o nº 2930

Cabo de Stº. Agostinho/PE, 25 de abril de 2014

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização ACV049164.

Emolumentos R\$ 26,07 TSNR R\$ 5,21 FERC R\$ 2,61

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - TABELIÃO



CARTÓRIO - 1º OFÍCIO

Ildefonso Torres de Sá

Tabelião

Ana Rosa de Vasconcelos Alves

Substituta

Vania Mª de A. Feliciano

Escrevente Autorizada

Cabo de Stº Agostinho - PE

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Stº. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

foi exibido: dou fé.

CABO DE STº. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Ildefonso Torres de Sá

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



Cartório do 1º Ofício

Ildefonso Torres de Sá - Oficial

Ana Rosa de Vasconcelos Alves - 1ª Substituta

Vânia Mª. de Almeida Feliciano - 2ª Substituta

Rua Dr. Antônio de Souza Leão nº 188 - Cabo de Sto.
Agostinho PE CEP: 54.505-330 - CNPJ: 11.609.823/0001-35
email: cartorio1oficiocabo@yahoo.com.br
Fone: (81) 3521.0393 Fax: (81) 3521.0033

• ESCRITURAS • PROCURAÇÕES • REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS • HIPOTECAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES • FIRMAS E AUTENTICAÇÕES

Certifico e dou fé. Cabo de Sto. Agostinho, 01 de julho de 2014

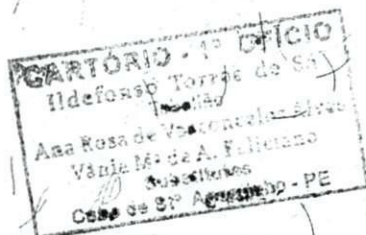
Oficial do Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas

Emolumentos: R\$ 18,64

TSNR: R\$ 4,14

FERC: R\$ 2,09

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização: ADQ047951



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me

foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Dr. 7 *Kati - cneu*
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTARIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,33



Alto

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2013, às 20h00min, na Sede da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, cito a Rua João Paes Barreto, nº 42A – Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembleia Geral para a Segunda Alteração do Estatuto Social. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Presidente José Carlos da Cunha, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, RG. nº 3.248.274 SSP/PE, CPF. 533.397.704-68, residente e domiciliado na Rua João Paes Barreto, 42, Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE. Convidando a mim Josias Gomes da Silva Filho, brasileiro, solteiro, autônomo, RG. 3.375.387 SSP/PE, CPF. 610.721414-34, residente e domiciliado na Rua Salomão Luiz Soares, nº 06, Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) **Eleição e Posse do Conselho Comunitário** e assunto de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Rádio com vista aos interesses da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: **1º Entidade**: Associação dos Moradores de Ponte dos Carvalhos, CNPJ/MF. nº 11.609.799/0001-34. Neste ato representado pelo seu Presidente: Rosivaldo Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Diácono Abdias Valério de Oliveira, nº 20, Loteamento Ilha, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 1.812.793 SDS/PE e CPF. nº 291.722.414-20; **2º Entidade**: Centro Comunitário Cassari, CNPJ/MF. nº 04.083.874/0001-00. Neste ato representado pela sua Presidente a Sra. Antônia Maria da Silva, brasileira, casada, comerciária, residente na Rua D, nº 120, Casa A, Loteamento Bom Conselho, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 3.015.201 SSP/PE e CPF. nº 457.419.724-20; **3º Entidade**: Fluminense Futebol Clube, CNPJ/MF. nº 11.428.554/0001-00. Neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Jairo Cavalcante de Albuquerque, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua J, nº 22, Loteamento Ilha, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho, PE, RG. nº 3.259.799 SSP/PE e CPF. nº 049.446.554-95; **4º Entidade**: Igreja Primitiva de Deus, CNPJ/MF. nº 07.999.161/0001-80. Neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. Ivan de Oliveira Santos, brasileiro, casado, Pastor, residente na Rua dos Pires, nº 06, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho, PE, RG. nº 2.762.085 SSP/PE e CPF. nº 479.296.424-57; **5º Entidade**: Associação Cultural Banda Marcial Vicente Pinzon, CNPJ/MF. nº 081.166.814-27. Neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Paulo Sérgio de oliveira Melo, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua do porto nº1, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 7.505.904 SDS-PE e CPF. nº 081.166.814-27. O Senhor Presidente homologou a eleição dos membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato para o mandato de 04 anos, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.


Ildefonso Torres de Sá
ILDEFONSO TORRES DE SA - NOTARIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



Assamblea Geral Extraordinária da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS**. O Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião, e eu **Josias Gomes da Silva Filho** que servi de Secretário, lavro dato e assino a presente ata justamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.


José Carlos da Cunha
Presidente: José Carlos da Cunha

Josias Gomes da Silva Filho
Secretário: Josias Gomes da Silva Filho

Pedro Guedes da Silva
Tesoureiro Pedro Guedes da Silva

Rosivaldo Rodrigues da Silva
1º Entidade: Associação dos Moradores de Ponte dos Carvalho
Representante Rosivaldo Rodrigues da Silva

Antônia Maria da Silva
2º Entidade: Centro Comunitário Cassari
Representante: Antônia Maria da Silva

Jairo Cavalcante de Albuquerque
3º Entidade: Fluminense Futebol Clube
Representante: Jairo Cavalcante de Albuquerque

Ivan de Oliveira Santo
4º Entidade: Igreja Primitiva de Deus
Representante: Ivan de Oliveira Santo

Paulo Sergio de Oliveira Mela
5º Entidade: Associação Cultural Banda Marcial Vicente Pinzon
Representante: Paulo Sergio de Oliveira Mela

Demais Associação presente na Assembleia.

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá* TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Protocolado sob o nº 1/325 e registrado em Pessoa

Júridica sob o nº 2810

Cabo de Sto. Agostinho/PE, 06 de novembro de 2013

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização ACS085868.

Emolumentos R\$ 07,40 TERC R\$ 2,49 FERC R\$ R\$ 3,74

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - TABELÃO

Reconheço por semelhança a firma de
Josias Gomes da Silva Filho
Cabo de Santo Agostinho
06 NOV. 2013
Em Teste: Kennedy da verdade
1º Tabelião Público
válido somente com o selo de autenticidade



CARTÓRIO - 1 OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá
Tabelião
Ana Rosa de Vasconcelos Alves
Substituta
Vânia Mª de A. Feliciano
Escrivente Autorizada
Cabo de Santo Agostinho - PE



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido; dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Qs.: 7 

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNH: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



Cartório do 1º Ofício

Ildefonso Torres de Sá - Oficial
Ana Rosa de Vasconcelos Alves - 1ª Substituta
Vânia Mª. de Almeida Feliciano - 2ª Substituta

Rua Dr. Antônio de Souza Leão nº 188 - Cabo de Sto.
Agostinho PE CEP: 54.505-330 - CNPJ: 11.609.823/0001-35
email: cartorio1oficiocabo@yahoo.com.br
Fone: (81) 3521.0393 Fax: (81) 3521.0033

• ESCRITURAS • PROCURAÇÕES • REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS • HIPOTECAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES • FIRMAS E AUTENTICAÇÕES

Página: 1 de 3

Certidão Registro nº 2810

Certifico que a presente cópia é de igual teor do original registrado

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2013, às 20h00min, na Sede da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, cito a Rua João Paes Barreto, nº 42A - Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembleia Geral para a Segunda Alteração do Estatuto Social. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Presidente José Carlos da Cunha, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, RG. nº 3.248.274 SSP/PE, CPF. 533.397.704-68, residente e domiciliado na Rua João Paes Barreto, 42, Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE. Convidando a mim Josias Gomes da Silva Filho, brasileiro, solteiro, autônomo, RG. 3.375.387 SSP/PE, CPF. 810.721.414-34, residente e domiciliado na Rua Salomão Luiz Soares, nº 06, Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, para secretariar a sessão. - Dando por instalada a Assembleia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembleia Geral, que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse do Conselho Comunitário e assunto de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Rádio com vista aos interesses da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o Conselho Comunitário: 1ª Entidade: Associação dos Moradores de Ponte dos Carvalhos, CNPJ/MF. nº 11.609.799/0001-34. Neste ato representado pelo seu Presidente: Rosivaldo Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Diácono Abdias Valério de Oliveira, nº 20, Loteamento Ilha, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 1.812.793 SDS/PE e CPF. nº 291.722.414-20; 2ª Entidade: Centro Comunitário Cassari, CNPJ/MF. nº 04.063.874/0001-00. Neste ato representado pela sua Presidente a Sra. Antônia Maria da Silva, brasileira, casada, comerciante, residente na Rua D, nº 120, Casa A, Loteamento Bom Conselho, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 3.015.201 SSP/PE e CPF. nº 457.419.724-20; 3ª Entidade: Fluminense Futebol Clube, CNPJ/MF. nº 11.428.554/0001-00. Neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Jairo Cavalcante de Albuquerque, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua J, nº 22, Loteamento Ilha, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho, PE, RG. nº 3.259.799 SSP/PE e CPF. nº 049.446.554-95; 4ª Entidade: Igreja Primitiva de Deus, CNPJ/MF. nº 07.999.161/0001-80. Neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. Ivan de Oliveira Santos, brasileiro, casado, Pastor, residente na Rua dos Pires, nº 06, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho, PE, RG. nº 2.762.085 SSP/PE e CPF. nº 479.296.424-57; 5ª Entidade: Associação Cultural Banda Marcial Vicente Pinzon, CNPJ/MF. nº 081.166.814-27. Neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Melo, brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua do porto nº1, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, RG. nº 7.505.904 SDS-PE e CPF. nº 081.166.814-27. O Senhor Presidente homologou a eleição dos membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato para o mandato de 04 anos, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - NOTÁRIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Assamblea Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS. O Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião, e eu Josias Gomes da Silva Filho que servi de Secretário, lavro dato e assino a presente ata justamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Cabo de Santo Agostinho, 26 de agosto de 2013.

Jose Carlos da Cunha
Presidente: Jose Carlos da Cunha

Josias Gomes da Silva Filho
Secretário: Josias Gomes da Silva Filho

Pedro Guedes da Silva
Tesoureiro Pedro Guedes da Silva

Rosivaldo Rodrigues da Silva
1ª Entidade: Associação dos Moradores de Ponte dos Carvalho
Representante Rosivaldo Rodrigues da Silva

Antônia Maria da Silva
2ª Entidade: Centro Comunitário Cassari
Representante: Antônia Maria da Silva

Jairo Cavalcante de Albuquerque
3ª Entidade: Fluminense Futebol Clube
Representante: Jairo Cavalcante de Albuquerque

Ivan de Oliveira Santo
4ª Entidade: Igreja Primitiva de Deus
Representante: Ivan de Oliveira Santo

Paulo Sergio de Oliveira Mela
5ª Entidade: Associação Cultural Banda Marcial Vicente Pinzon
Representante: Paulo Sergio de Oliveira Mela

Demais Associação presente na Assembleia.

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua de Antônio de Torres Lado, 181 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho - PE - Fone: (071) 2521-5303 - Fax: (071) 2521-5013

Protocolado sob o nº 17/2013 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 2810

Cabo de São Agostinho/PE, 06 de novembro de 2013

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização ACS065868.

Emolumentos: R\$ 12,00 + R\$ 1,00 + R\$ 0,99 FERC R\$ R\$ 3,74

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - TABELADO

CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá
Tabelado
Ana Rosa de Vasconcelos Alves
Culstória
Rua de Antônio de Torres Lado, 181 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho - PE



AAA

128747

Cartório do 1º Ofício

Ildefonso Torres de Sá - Oficial
Ana Rosa de Vasconcelos Alves - 1ª Substituta
Vânia Mª. de Almeida Feliciano - 2ª Substituta

Rua Dr. Antônio de Souza Leão nº 188 - Cabo de Sto.
Agostinho PE CEP: 54.505-330 - CNPJ: 11.609.823/0001-35
email: cartorio1oficiocabo@yahoo.com.br
Fone: (81) 3521.0393 Fax: (81) 3521.0033

• ESCRITURAS • PROCURAÇÕES • REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS • HIPOTECAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS PARTICULARES • FIRMAS E AUTENTICAÇÕES

Certifico e dou fé. Cabo de Sto. Agostinho, 01 de julho de 2014

Oficial do Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas

Emolumentos: R\$ 91,54

TSNR: R\$ 20,34

FERC: R\$ 10,25

Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização: ADQ047953

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização



CERTIDÃO

ADQ047953



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me
foi exibido: dou fé.

CABO DE STO. AGOSTINHO/PE, 14 DE JULHO DE 2014.

Op.: 7

ILDEFONSO TORRES DE SA - NOTARIO

Emolumentos: R\$ 2,64 - TSNR: R\$ 0,53 - Total: R\$ 3,17



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM

CNPJ: 03.004.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660**

Relatório do Conselho Comunitário referente à Grade de Programação

De acordo com o que consta no subitem 21.4.1 da Norma Complementar 01/2011, segue assinado por todos os conselheiros o relatório resumido da Grade de Programação da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos Rádio Comunitária Ponte FM.

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA

SEGUNDA – SEXTA

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 às 08:00	Acorda Povo e Trem do Forró	Musica da Terra, Forro e MPB
08:00 às 09:00	Ponte em Alerta	Jornalismo local, Estadual e Nacional, Interatividade com a participação da comunidade.
09:00 às 11:00	Manhã de Sucesso	Musica local, dicas de saúde, com a participação da comunidade.
11:00 às 12:00	Debate da Ponte	Jornalismo local, Debates e Interatividade, com a participação da comunidade.
12:00 às 14:00	Almoço Musical	O Melhor da Musica Clássica.
14:00 às 16:00	Conexão 98	Programa direcionado para os jovens Musica da Terra, interatividade, e noticias da comunidade.
16:00 às 18:00	Cristo Salva	Programação Evangélica
18:00 às 19:00	Brega Total	Musica, com a participação do ouvinte
19:00 às 20:00	A Voz do Brasil	Programa do Governo Federal
20:00 às 21:00	Brega Total	2º parte: Musica, distribuição de Prêmios e muita interatividade.
21:00 às 23:00	Lembranças	Musicas romântica.

SÁBADOS

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 às 08:00	Renovação	Musica da Terra, Forro e MPB
08:00 às 12:00	Sabadão Popular	Noticias da Comunidade, Jornalismo, enquetes, noticias da semana, musica, debates.
12:00 às 13:00	Cultura da Ponte	Participação dos artistas locais, Divulgação da Cena Cultural da Comunidade.
13:00 às 16:00	Essência Cristã	Programa Católico
16:00 às 18:00	Sucesso	As musicas mais pedidas da semana, enquetes, digas para os jovens da comunidade.
18:00 às 19:00	Programa Evangélico	Programa Evangélico
19:00 às 21:00	Brega Total	Musica, distribuição de Prêmios e muita interatividade.
21:00 às 23:00	Lembranças	Musicas romântica.

DOMINGO

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 às 09:30	Encontro de Irmãos	Programa Evangélico
09:30 às 12:00	Manhã com Cristo	Programa Católico
12:00 às 21:00	Domingão da Ponte	Noticia da Comunidade, Jornalismo, enquetes, noticias da semana, musica, debates.
21:00 às 23:00	Lembranças	Musicas romântica.

Conforme o que consta na Grade de Programação da Radio, está de acordo com o que preceitua a Norma 01/2011, não veiculando publicidade, veiculando mais de 10% (dez por cento) de sua programação com conteúdos noticiosos de acordo com o que estabelece o Art. 67, 3 do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, bem como, vem estimulando os artistas locais, dando oportunidades de mostrar seus trabalhos.

Também, tem uma ampla abertura para a participação da sociedade organizada da Comunidade, principalmente no que se refere às notícias das entidades que compõem o Conselho Comunitário e outras entidades, que utiliza a emissora para divulgar notas e avisos aos seus associados. Também, faz a cobertura de eventos importante na comunidade.

Relatamos também, a contribuição da Rádio no que se refere às ações de utilidade pública, tendo em vista as dificuldades sociais da Comunidade, e informações do poder público local no que se refere às campanhas na área de Saúde e Educação.

Sempre a Rádio está envolvida em todas as campanhas sociais e de utilidade pública. Já conseguiu mobilizar e arrecadando milhares de quilos de alimentos e vestuário para os mais necessitados da nossa comunidade. Por tudo isto, aprovamos a programação da Rádio, pois cumpre um papel relevante para nosso Município.

Além do grande serviço prestado a nossa comunidade, a Rádio, tem contribuído na formação de jovens locutores, bem como dando oportunidade a diversos Radialistas, até então excluído do mercado de trabalho. Assim aprovamos o referido relatório que vai assinado por todos os representantes das Entidades que compõem o referido Conselho e segue junto com a Ata de Eleição e Pose do Conselho Comunitário para apreciação do Ministério das Comunicações.

Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014

REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Rosivaldo Rodrigues da Silva
1º Entidade: Associação dos Moradores de Ponte dos Carvalhos
Representante Rosivaldo Rodrigues da Silva

Antônia Maria da Silva
2º Entidade: Centro Comunitário Cassari
Representante: Antônia Maria da Silva

Jairo Cavalcante de Albuquerque
3º Entidade: Fluminense Futebol Clube
Representante: Jairo Cavalcante de Albuquerque

Ivan de Oliveira Santos
4º Entidade: Igreja Primitiva de Deus
Representante: Ivan de Oliveira Santos

Paulo Sérgio de Oliveira Melo
5º Entidade: Associação Cultural Banda Marcial Vicente Pinzon
Representante: Paulo Sérgio de Oliveira Melo

Rosivaldo Rodrigues da Silva
Antônia Maria da Silva
Jairo Cavalcante de Albuquerque
Ivan de Oliveira Santos
Paulo Sérgio de Oliveira Melo
Cabo de Santo Agostinho
14 JUL. 2014

Em Teste da verdade
1º Tabelião Público
Válido somente com o selo de autenticidade
Ofício 04/2014 (0084076)



**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM**

CNPJ: 03.044.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660**

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **José Carlos da Cunha**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS RADIO COMUNITÁRIA PONTES FM**, declaro para os devidos fins que: solicito vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Cabo de Santo Agostinho, 20 de junho de 2014


PRÉSIDENTE: José Carlos da Cunha
CPF. nº 533.397704-68





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETÁRIA DE SER. DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

ENDEREÇO: ESPALNADAS DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º
ANDAR - BRASÍLIA - DF
CEP: 70044-900

WDH

PR



RG180795251BR



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.009880/2014-14**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 18 de agosto de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 18/08/2014, às 08:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0089220** e o código CRC **94DE8124**.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.009880/2014 Localidade / UF: CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
Entidade: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 04 (Evento SEI: 0084076)
 - 1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 31/07/2014
 - 1.2) Tempestividade: Abrangido Pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6º-B, § 6º).
- 2) Estatuto Social: fl. 08 a 21 (Evento SEI: 0084076) ? registrado. Tem alterações às fls. 22 a 24.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: NÃO (o art. 5º diz que os novos associados deverão ser aprovados pela Diretoria).
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 9º -a
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 9º -a
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11 e art. 14
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 15
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 13 (4 anos).
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 21
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fl. 25 e 26 (Evento SEI: 0084076) ? registrada.
(Mandato: 12/01/2011 a 12/01/2015)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: NÃO
- 5) CNPJ: fl. 07 ? ATIVA (Evento SEI: 0084076)
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Fl. 06 (Evento SEI: 0084076)
- 7) Declaração de conformidade: fl. 05 (Evento SEI: 0084076)
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 37 a 39 (Evento SEI: 0084076).

***PENDÊNCIAS:

- a) O Estatuto Social necessita de alterações;
- b) O mandato da Diretoria expirou em 12/01/2015;
- c) Não foram encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos dirigentes.

***CONCLUSÕES:

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 13806/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.009880/2014-14.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabo de Santo Agostinho**, estado de **Pernambuco**, apresentou requerimento de renovação da autorização (0084076), em 31/07/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 16/07/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado: a. O art. 5º do estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à aprovação pela Diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição da diretoria encaminhada está <u>vencida desde 12/01/2015</u>. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p>
Portaria	Art. 131		<p>Não serão aceitos como comprovantes de</p>

nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV	maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
---------------------	------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137, parágrafo único da Portaria), **a vinculação é tida como vício de caráter insanável. Ou seja, verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 23/06/2017, às 09:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/07/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1980237** e o código CRC **37519074**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 1980237



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 27500/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos
Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Sol - Ponte dos Carvalhos
54.580-660 / Cabo de Santo Agostinho - PE
CNPJ nº 03.044.577/0001-60

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.009880/2014-14.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13806/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/07/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1980257** e o código CRC **B904F20F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27500/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.009880/2014-14 - Nº SEI: 1980257

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 27500/2017/SEI-MCTIC, 06/07/2017
53900.009880/2014-14

ASS. DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Sol - Ponte dos Carvalhos.
54.580-660 Cabo de Santo Agostinho - PE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIBRATION

27/7/17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JOSE CARLOS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTWalmir
Alexandrino
Mat. 8.505.885-8CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43565856 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

11 JUL 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CO

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo

70.044-900 Brasília-DF

01250.048478/2017-98

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RÁDIO COMUNITÁRIA PONTE FM**

CNPJ: 03.004.577/0001-60. Autorizada pelo Decreto Lei 429

**Inscrição Municipal 019.228-7. A Rua João Paes Barreto, nº 42, Alto do Sol
Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE, CEP: 54.580-660**

Ofício 03/2017

Cabo de Santo Agostinho, 03 de agosto de 2017

Ilma. Sra.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra. Inalda Celina Madio

Assunto: **ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO**
PROCESSO: 53900.009880/2014-14

Senhor Coordenador,

Tendo em vista o que consta no Ofício nº 27500/2017/SEI-MCTIC, datado de 06/07/2017. Estamos encaminhando documentação conforme exigência relacionada na NOTA TÉCNICA Nº 13806/2017-SEI-MCTIC.

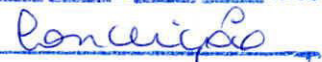
Atenciosamente,



Gideão Santana de Araújo
PRESIDENTE
CPF: 025.298.374-22

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 07/08/17 às 14:00 horas

Assinatura: 

2017

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA A QUARTA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

Aos 31 (trinta) dias do mês de julho de 2017, às dezenove horas, na Sede da Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, sito a Rua João Paes Barreto, nº 42 A – Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, para a quarta Alteração do Estatuto Social desta entidade. Assumiu os trabalhos, o Presidente o senhor Gideão Santana de Araújo, brasileiro, casado, RG: 5.053.953 SSP/PE, CPF: 025.298.374-22, convidando a mim Secretário geral Josias Gomes da Silva Filho, brasileiro, casado, RG: 3.375.387 SSP/PE, CPF: 610.721.414-34, para secretariar a sessão. Dando início a Assembleia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembleia Geral, que tem o seguinte e principal teor: **item único) Alteração do Estatuto Social;**) O assunto é de interesse geral. O Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude do recebimento do ofício nº 27500/2017/SEI-MCTIC, referente ao processo de renovação de outorga nº 53.900.009880/2014-14 que solicitou alteração do Estatuto Social no artigo 5º, e o envio da Ata de eleição e posse da diretoria atualizada. Tomando a palavra como Secretario constituído iniciamos a discussão do “único” item, que tem como objetivo a alteração do estatuto conforme solicitação do Ministério. Assim, feito a leitura do Artigo 5º com as devidas alterações que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º Serão admitidos como associados, gratuitamente pessoas físicas e jurídicas da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembleia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.

Colocada em votação, foi aprovada por todos os associados presente na Assembleia. Permanecem inalterados todos os demais capítulos e artigos do estatuto primitivo que não foram alterados por esse instrumento de alteração estatutário e encerrou a reunião às vinte horas, Gideão Santana de Araújo, Josias Gomes da Silva Filho, Edjane Maria dos Santos, Bruna Carolina Figueiredo dos Santos, Djaelton Julio Gomes.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de julho de 2017.

Gideão Santana de Araújo
Presidente: Gideão Santana de Araújo

Josias Gomes da Silva Filho
Secretário: Josias Gomes da Silva Filho

Demais Associados presente na Assembleia

Alvaro Diniz Jr dos Santos
Adriana Maria da Silva
Djaelton Julio Gomes
Bruna Caroline F dos Santos
Reynaldo Jr da Silva
Gilton Gomes da Silva
Edjane Maria dos Santos
Welliane Pereira da Silva

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Reconheço Por Semelhança a firma de BIDEÃO SANTANA DE ARAÚJO
dou fé. Em test. da verdade. *Katia CP Neves*

Escrevente: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES

Emol. 3,88, TSNR R\$ 0,78, FERC R\$ 0,39 Total R\$ 4,66

Selo: 0150615.AEH07201701.04090 02/08/2017 15:24:07

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital.



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Protocolado sob o nº 20875, em 02/08/2017 e registrado em P.

Jurídica sob o nº 3720, em 02/08/2017 15:51:41. Aut.

Registro nº 531 de 01/01/0001. Selo 0150615.WED12201401

Emolumentos R\$ 27,91 TSNR R\$ 6,57 FERC R\$ 3,28

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - Oficial Registrador

Consulte a autenticidade do selo em www.tipe.jus.br/selodigital.



CARTÓRIO - 1º OFÍCIO

Ildefonso Torres de Sá

Tabelião

Ana Rosa de Vasconcelos Alves

Vânia Mª de A. Feliciano

Substitutas

Cabo de Sto. Agostinho - PE

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$

Selo: 0150615.MEL07201701.04684 04/08/2017 13:02:48

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital.



QUARTA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, fica constituída em 08/02/1999 sob o nº 531, uma Associação civil, de direito privado, sem finalidade econômica, que se regerá pelo presente estatuto e pela específica.

Art. 2º - A sede da Associação será à Rua João Paes Barreto, 42 – Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho – PE

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, com denominação de Fantasia Rádio Comunitária Ponte FM, terá por finalidade a Execução do Serviço de Radiodifusão destinada à comunidade, com a vista a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (Internet), atendendo as comunidades com raio de cobertura da Associação.
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- g) Promover cursos profissionalizantes.

Art. 4º - A Associação terá a duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados, gratuitamente pessoas físicas e jurídicas da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembléia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação

Art. 6º - A exclusão de associados far-se-á sempre mediante decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada para esta finalidade, com amplos poderes de defesa pelos Associados.

Art. 7º - Além dos fundadores, poderão ser criadas outras categorias de associados, tais como, beneméritos, honorários, contribuintes, colaboradores, etc., após deliberações da Diretoria e aprovação da Assembléia Geral que definirá, inclusive, normas quanto à sua admissão, direitas e deveres.

Direito dos Associados

Art. 8º - São direitos de todos os associados:

- a) Votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos da Associação, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;
- b) Participar e colaborar das atividades da Associação, apresentando sugestões que visem seu engrandecimento;
- c) Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- d) Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- e) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- f) Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Deveres dos Associados

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e respeitar o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Acatar as determinações da Diretoria;
- c) Contribuir com seu trabalho e dedicação à consecução das finalidades sociais, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuídos;
- d) Efetuar mensalmente a contribuição a Associação no valor de R\$ 5.00 (cinco reais), para cobrir as despesas oriundas de suas atividades, junto à comunidade de atuação.

CAPÍTULO III Da Administração

Art. 10º - A Associação será administrada por:

- I – Assembleia Geral**
- II – Diretoria Executiva**
- III – Conselho Fiscal**
- IV – Conselho Comunitário**

Da Assembleia Geral

Art. 11º - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada três meses, no dia 20 do mês, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04(três) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se

relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um quinto nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Parágrafo Quarto - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados à pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Da Diretoria

Art. 12º – A Associação será dirigida por uma Diretoria eleita em Assembleia para um período de 04 anos, podendo ser reeleita por mais um período.

Art. 13º – A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos:


- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretário Geral
- IV – Tesoureiro;
- V – Diretor de Operações

Parágrafo Primeiro - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizada há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14º - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação.

- 
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
 - f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
 - g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
 - h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
 - i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) São Atribuições de cada dirigente:


- a) Ao Presidente compete: representar a Associação, passiva, ativa e judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Vice Presidente compete: assessorar e substituir ao Presidente nas suas faltas ou impedimentos e em caso de vacância.
- c) Ao Secretario Geral compete: Dirigir os serviços administrativos; Organizar o expediente e redigir as correspondências; Secretariar as reuniões da Diretoria, das Assembléias Gerais, redigindo e lavrando atas; Manter o Sistema Contábil patrimonial da Associação; Elabora e submeter à Diretoria, o relatório financeiro anual; Outras atribuições correlatas definidas pelo Presidente.
- d) Ao Tesoureiro compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com os Presidentes todos os documentos concernentes à vida financeira da Associação, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- e) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Do Conselho Fiscal

Art. 15º - O Conselho Fiscal é constituído de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) Titulares e 03 (três) Suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria.

Art. 16º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar sempre que achar conveniente, a contabilidade e a Tesouraria da Associação;
- b) Emitir parecer prévio sobre assuntos de interesse da Associação, a pedido da Diretoria;

- 
- c) Examinar e emitir parecer sobre o relatório anual da Diretoria;
 - d) Denunciar irregularidades porventura verificadas, sugerindo medidas julgadas necessárias, à Diretoria ou à Assembléia Geral.

Art. 17º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

Art. 18º - O Presidente do Conselho Fiscal será um dos membros Titulares, eleito em votação, pela Diretoria.

Art. 19º - As reuniões do Conselho Fiscal serão secretariadas por um dos seus membros Titulares, indicado pelo Presidente.

Do Conselho Comunitário.

Art. 20º - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

Art. 21º - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

CAPÍTULO IV **Das Eleições**

Art. 22º - As chapas para a Diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de Eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendo de no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Art. 23º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Art. 24º - A Diretoria será formada pela chapa que alcançar maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por chapa, desde que obtido o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida em Assembléia Geral.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio

Art. 25º – O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus associados, doações, subvenções e legados.

Art. 26º – A alienação hipoteca, penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria da Assembleia Geral extraordinária, convocada especialmente para tal fim.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria, que será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social

Art. 27º – O exercício social da terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 28º – Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elabora, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPÍTULO VII

Da liquidação

Art. 29º – A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária especialmente para este fim.

Art. 30º – A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art. 31º – No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período da liquidação.

Art. 32º – Extinta a sociedade seus bens serão doados a uma instituição congênere.

Arso

CAPÍTULO IX

Disposição Geral e Transitória

Art. 33° – A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 34° – o quadro de pessoal deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Art. 35° – os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral para apreciação.

Art. 36° – os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 37° – Nenhum membro desta Associação, inclusive os do Conselho Comunitário poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretextos.

Parágrafo Único – Não se considera remuneração para os fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, autorizadas pelo Presidente.

Art. 38° – A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A receita da será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de julho de 2017

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Santo Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0033 - Fax: (81) 3521-0033
Reconheço Por Semelhança a firma de JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO do
tê. Em test. da verdade.

Escritor: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES
Emol. 3,88, ISR R\$ 0,78, FERC R\$ 0,39 Total R\$ 4,65
Selo: 0150615.LJN07201701.04621 04/08/2017 11:13:26
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

Gideão Santana de Araújo
Gideão Santana de Araújo
Presidente

Josias Gomes da Silva Filho
Josias Gomes da Silva Filho
Secretário Geral

Edjane Maria dos Santos
Edjane Maria dos Santos
Tesoureiro

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Santo Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0033 - Fax: (81) 3521-0033
Reconheço Por Semelhança a firma de GIDEÃO SANTANA DE ARAÚJO
dou. fé. Em test. da verdade.
Escritor: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES
Emol. 3,88, ISR R\$ 0,78, FERC R\$ 0,39 Total R\$ 4,65
Selo: 0150615.LJN07201701.04622 04/08/2017 11:13:26
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá
Tribunal
Ann Rosa de Vasconcelos Alves
Vânia M. de A. Feliciano
Substitutos
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Santo Agostinho / PE

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Santo Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0033 - Fax: (81) 3521-0033

Protocolado sob o nº 20862, em 04/08/2017 e registrado em
Jurídica sob o nº 3723, em 04/08/2017 11:28:07. A
Registro nº 531 de 02/02/1999. Selo 0150615.LJN07201701.04622
Emolumentos R\$ 114,76 ISR R\$ 27,00 FERC R\$ 13,50
ILDEFONSO TORRES DE SÁ - Oficial Registrador

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521.0033

TITULAR

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31

Selo: 0150615.8020/201701.04687 04/08/2017 13:06:34

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.



1208

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA PARA CONTINUIDADE DO QUADRIÊNIO 2015/2019 E SUBSTITUIÇÕES DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2016, às dezenove horas e trinta minutos, na sua sede, à Rua João Paes Barreto, nº 42 "A" – Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a eleição e dar posse da nova Diretoria Executiva desta entidade. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação o Presidente senhor Gideão Santana de Araújo, Convidando a mim Josias Gomes da Silva Filho, para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) Eleição da Diretoria Executiva; b) Substituições de Membros do Conselho Fiscal, assunto de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, o Presidente em exercício esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da renúncia do atual presidente eleito no último dia oito de janeiro do ano de dois mil e quinze e dos demais diretores da chapa também eleita, só restando a mim que assumi provisoriamente com a responsabilidade de convocar uma nova eleição para dar continuidade ao ato de recondicionamento do mandato no quadriênio 2015/2019, já constituído em ata. Tomando a palavra como Secretário constituído iniciamos a discussão do item "a", que tem como objetivo a eleição e a posse da nova Diretoria Executiva. Colocada em votação, foi aprovada por todos os associados presente na Assembleia. Em seguida passamos para o item "b" da convocação, que tem como proposta a substituição de membros do Conselho Fiscal, comunicando o motivo da efetuada substituição e por consenso dos presentes foi aprovada por unanimidade os nomes apresentados para membro do Conselho Fiscal. Foi apresentado para apreciação dos associados uma chapa de consenso, que teve a aprovação de todos, que em seguida foi empossada. Assim a nova Diretoria Executiva tem a seguinte composição: PRESIDENTE: Gideão Santana de Araújo, brasileiro, casado, RG: 5.053.953 SSP/PE, CPF: 025.298.374-22; VICE-PRESIDENTE: Bruna Carolina Figueiredo dos Santos, brasileira, solteira, RG: 8.645.356 SDS/PE, CPF: 098.056.374-76; SECRETARIO GERAL: Josias Gomes da Silva Filho, brasileiro, casado, RG: 3.375.387 SSP/PE, CPF: 610.721.414-34; TESOUREIRO(a): Edjane Maria dos Santos, brasileira, casada, RG: 4.407.477 SSP/PE, CPF: 792.643.794-87; DIRETOR DE OPERAÇÃO: Djaelton Julio Gomes, brasileiro, solteiro, RG: 5.967.917 SDS/PE, CPF: 047.368.964-70, todos residente e domiciliado neste município. O Conselho Fiscal: rege dos seguintes membros; Titulares: 1º Leiliane Maria da Silva, CPF: 075.182.014-88; 2º Taciana Maria da Silva, CPF: 055.390.524-47; 3º Gilton Guedes da Silva, CPF: 048.489.044-12; Suplente 1º Reginaldo José da Silva, CPF: 041.513.604-09; 2º Abraão Dionísio dos Santos, CPF: 363.478.684-15, todos residentes em Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho – PE. O Senhor Presidente homologou a eleição dando posse neste ato para o mandato de dois anos, e quatro meses, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal obedecendo ao pleito do mandato no quadriênio 2015/2019. O novo Presidente eleito agradeceu a confiança e declarou que fará de tudo para manter e ampliar o trabalho realizado pela Associação. E não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária. O Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos e em quanto esteve à

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Inde* **Idelso Torres de Sá**
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 186 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São. Agostinho / PE - Fone: (071) 3521-4033
Certifico que a presente cópia é a reprodução original
que me foi apresentada, ao qual autentico e dou fé.
Escrivente: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES
Empl. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 total R\$ 4,29
Selo: 0150615.TT07/2017/01.04685 04/08/2017 15h22
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

frente da entidade elevará o nome da Associação e encerrou a reunião às vinte e uma hora e trinta minutos. Eu **Josias Gomes da Silva Filho** que servi de Secretário, lavro, dato e assino abaixo a presente ata justamente com o presidente eleito.

Cabo de Santo Agostinho, 10 de agosto de 2016.

Josias Gomes da Silva Filho
Secretário: Josias Gomes da Silva Filho

Gideão Santana de Araújo
Presidente: Gideão Santana de Araújo

Demais Associados presente na Assembleia

Gilton Guedes da Silva
7 Zaiton Zullio Gomes
Bruna Caroline J. dos Santos
Reginaldo José da Silva
Valiana Maria da Silva
Ediane Maria dos Santos
Abel Diniz dos Santos
Leiliane Pereira da Silva

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Reconheço Por Semelhança a firma de GIDEÃO SANTANA DE ARAÚJO
dou fé. Em test. da verdade.

Escrevente: KATIA CRISTINA VINHEIRO NEVES

Emol. 3,88, TSNR R\$ 0,78, FERC R\$ 0,39 Total R\$ 4,05

Selo: 0150615.AJM07201701.04079 02/08/2017 15:24

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autenticado e dou fé.
Escrevente: KATIA CRISTINA VINHEIRO NEVES
Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,44, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,99
Selo: 0150615.AJM07201701.04686 04/08/2017 15:44:48
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Protocolado sob o nº 208/4, em 02/08/2017 e registrado em Pessoa

Jurídica sob o nº 3719, em 02/08/2017 15:42:28

0150615.KZD12201401.02556.

Emolumentos R\$ 42,38 TSNR R\$ 9,97 FERC R\$ 4,99

ILDEFONSO TORRES DE SÁ - Oficial Registrado

Consulte a autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital.

CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
Ildefonso Torres de Sá
TITULAR
Ana Rosa de Vasconcelos Alves
Vânia Mª de A. Feliciano
Substituídas
Cabo de Sto. Agostinho - PE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

16M-01

Gideão Santana de Araújo
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5053953 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/08/1993

NOME GIDEÃO SANTANA DE ARAUJO

FILIAÇÃO Amaro Santana de Araújo
Amara Alexandrina de Araújo
DATA DE NASCIMENTO 25/10/1976

NATURALIDADE CABO-PE.
DOC ORIGEM C. Nasc- 1512, L.A-2, Fls. 131
Cart. Dist. de Pte dos Carvalhos - Cabo-PE.

ASSINATURA DO DIRETOR DE REGISTRO DE MATRÔNICA
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome GIDEÃO SANTANA DE ARAUJO

Nº de Inscrição 025298374-22 Data do Nascimento 25/10/76



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0340 - Fax: (81) 3521.0333

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS
Empl. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29

Selo: 0150615.WYP07201701.04380 03/08/2017 14:47:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/seloDigital





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (01) 3521.0033 - Fax: (01) 3521.0033

Idelfonso Torres de Sá
TITULAR

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,46, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,98
Selo: 0150615.HXF07201701.04379 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

DEL. Amaury
Registro Civil, em virtude da Lei etc.

3º Distrito)

Oficial do

Município e Comarca de

TÉRMO	5274 =
LIVRO	B-11 =
FOLHAS	068 Vº =

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que do livro, folhas e termo supra citados, do Cartório a meu cargo consta

o CASAMENTO de:

Idelmo Santana de Araújo e
Angela Maria Alves

a qual após o casamento a adotar o nome de:

Angela Maria Alves
de Araújo

CARTÓRIO AMAURY CAPISTRANO
"O Batismo faz o Cristiano, O registro o Cidadão"

Ele é filho de Amaro Santana de Araújo
e de dona Amaria Alexandrina de Araújo
nascido em Cabo - Pernambuco
no dia 25 de Outubro de 1976 (25/10/1976)
de profissão Aux. Administrativo (Est. Civil) Solteiro domiciliado e residente
neste distrito

Ela é filha de Genildo Francisco Alves
e de dona Iméria José das Santos
nascida em Cabo - Pernambuco
no dia 13 de Abril de 1965 (13/04/1965)
de profissão Estudante (Est. Civil) Divorciada domiciliado e residente
no mesmo endereço do nubente

O ato foi celebrado aos 30 de Setembro de 2005 pelo Doutor Amílcar
Alcântara Lago da Costa Carneiro, Juiz de Direito desta Comarca

Serviram de testemunhas Waldirene Maria da Silva, Marcos
Antonio Luxemburgo das Santos e outros

O casamento foi celebrado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens

OBSERVAÇÃO:

Bel. Amaury Capistrano dos Santos
Oficial do Registro Civil
O Tabelião
Ponte dos Carvalhos - Cabo - PE
CEP 54580-000



O referido é verdade e dou fé.

Ponte dos Carvalhos, 30 de Setembro de 2005

Amaury Capistrano dos Santos
Oficial de Registro Civil

AMAUURY CAPISTRANO DOS SANTOS

ESCRIVÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	8.645.356	DATA DE EXPEDIÇÃO	06/10/2008
NOME	<< BRUNA CAROLINE FIGUEIREDO DOS SANTOS >>		
FILIAÇÃO	<< JOSOEL AZEVEDO DOS SANTOS >> << FERNANDA BALBINO FIGUEIREDO >>		
NATURALIDADE	CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	DATA DE NASCIMENTO	17/01/1994
DOC ORIGEM	<< CN.30116V-L.A27-F.134-CART.PONTE DOS CARVALHO CABO-PE:21.08.1996 >>		
CPF			
ASSINATURA DO DIRETOR		CARTEIRA DE IDENTIDADE	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

F-31 57.473 - 3021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

098.056.374-76

Nome
BRUNA CAROLINE FIGUEIREDO DOS SANTOS

Nascimento
17/01/1994

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33

Selo: 0150615-JUTO7201701.04374 03/08/2017

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL



ESTADO DE

COMARCA DE

MUNICÍPIO DE

DISTRITO DE

del. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS

Oficial

ESCRIVÃO

do Registro Civil

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, às fls. 134 do Livro A A-27, sob Nº de Ordem 30116, foi lavrado o assento do nascimento de Bruna Caroline Figueiredo dos Santos.

do sexo feminino, nascida a no dia Dezessete de janeiro de mil novecentos e noventa e quatro (17/01/1994) às 13:30 horas, em Cabo - Pernambuco (Hospital Santa Helena).

e de Dona Geteminda Ballina Figueiredo.

Sendo avós paternos Jose Faustino dos Santos.

e Dona Joseina Azerêdo dos Santos.

e avós maternos Antônio Ballina Figueiredo.

e Dona Sara Lopes da Silva.

O assento foi lavrado em 21 de agosto de 1996 tendo sido declarante O genitor.

e serviram de testemunhas Jairo Azerêdo dos Santos e

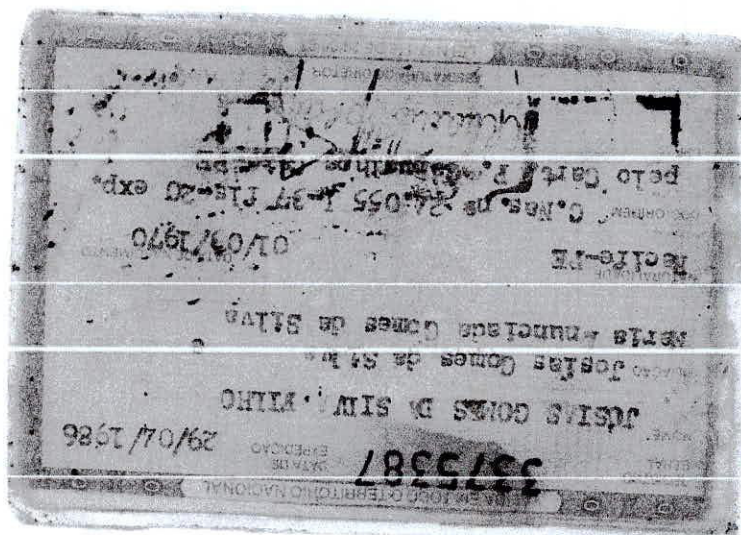
Edvaldo Nascimento da Silva.

Observações:

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Encl. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31
Selo: 0150615.EDF07201701.04373 03/08/2017 15:07:41
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital





1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TIPULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS, JUS
Emol. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,98

Selo: 0150615.08L07201701.04376 03/08/2017 15/07/2017
Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
610.721.414-34

Nome
JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO

Nascimento
01/03/1970

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,98

Selo: 0150615.BKZ07201701.04375 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

ESTADO DE PERNAMBUCO

Município de Jaboatão — Distrito de Muribeca dos Guararapes

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Gessy de Arruda Câmara Barretto

Substituta em Exercício
Angela da Cunha e Souza
Jozinar Oliveira de Souza
Substitutas

CERTIFICADO por me haver sido verbalmente pedido, que no livro n.º 43.112, em o número de ordem 95.067, consta o termo de casamento de

as p.p. Jozias Gomes da Silva Filho, e Ana Cristiana Soares, realizado neste distrito no dia 31 Outubro 1992, sendo

O NUBENTE
ESTADO CIVIL Solteiro
nascido em Recife - PE,
no dia 01 de março de 1970,
PROFISSÃO Estudante,
DOMICILIADO E RESIDENTE EM neste Distrito.

FILHO DE Jozias Gomes da Silva Joma, e Ana Amélia da Silva Gomes da Silva.

A Contraente adotou o nome de Ana Cristiana Soares Gomes.

Foram testemunhas Jorge Severina de Melo e Fabiano Gomes da Silva.
O CASAMENTO FOI REALIZADO PELO REGIME DA Comunhão Parcial de Bens.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Prazeres

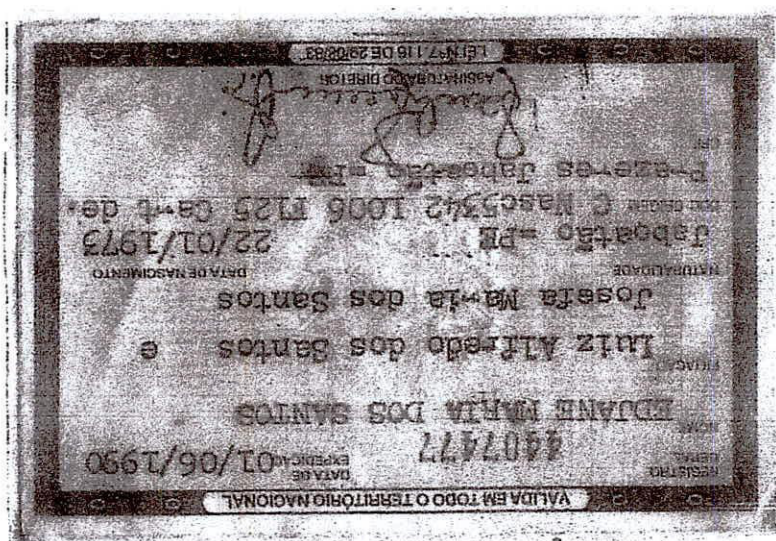
de

31 Outubro de 1992

PRIMA REGISTRO
JOSÉ ROBERTO
RUA DO REGISTRO, 188

Escritório Casamentos

Posto de Registro de Casamentos



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0335 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29

Selo: 0150615.CJG07201701.04363 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

Município e Com

TERMO	5036
LIVRO	B-13
FOLHAS	0190º

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Enol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,98

Selo: 0150615-EVN07201701.04362 03/06/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital

União do Registro Civil, em virtude da Lei etc.

Certidão de Casamento

CERTIFICO que do livro, folhas e termo supra citados, do cartório a meu cargo consta o casamento de: Daniel José de Figueiredo e Edjane Maria dos Santos e a qual após o casamento passou a adotar o nome de: Edjane Maria dos Santos Figueiredo

Ele é filho de João Olímpio de Figueiredo e de dona Antônia Figueireda de Figueiredo nascido em Cabo - Pernambuco no dia 20 de Abril de 1970 (20/04/1970) de profissão Administrante Est. Civil Solteiro domiciliado e residente neste distrito

Ela é filha de Leônidas Alípio dos Santos e de dona Marcelina Maria dos Santos nascida em Maranhão - Pernambuco no dia 22 de Janeiro de 1973 (22/01/1973) de profissão do lar Est. Civil solteira domiciliada e residente neste distrito

O ato foi celebrado aos 19 de maio de 2009 pelo Dr. Amário Pinheiro, Juiz de Direito desta comarca. Serviram de testemunhas João Constantino do Carmo

O casamento foi celebrado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens.

OBSERVAÇÃO:

Bel. Amaury Capistrano dos Santos
Oficial do Registro Civil
O Tabelião
Ponte dos Carvalhos - Cabo - PE
CEP 54580-000

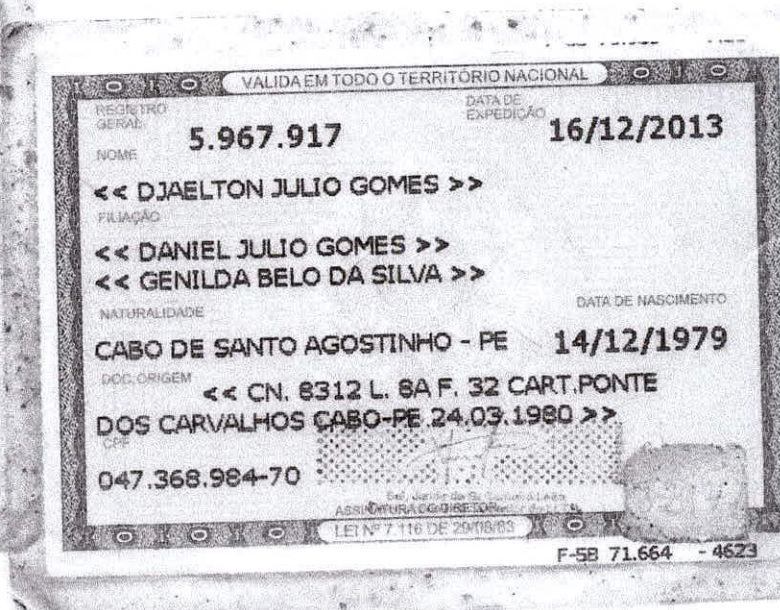
Valido
Selo
ACG048945

O referido é verdade e dou fé.

Ponte dos Carvalhos, 19 de maio de 20 09
Amário Pinheiro
Juiz de Direito

CARTÓRIO AMAURY CASTRANO

O Tabelião faz o Círculo, o registro o Círculo



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0353 - Fax: (81) 3521-0033

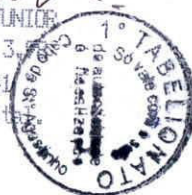
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31

Selo: 0150615.KSM07201701.04372 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29
Selo: 0150615.LED07201701.04371 03/08/2017 10:07
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/servicos/notarial

Intos
Não
de
fe

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

DJAELTON JULIO GOMES

MATRÍCULA:

0774790155 1980 1 00008 032 0008312 17

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

DIA MÊS ANO

QUATORZE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE

14

12

1979

HORA

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

14 : 30

CABO DE SANTO AGOSTINHO - PERNAMBUCO

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL DE NASCIMENTO

SEXO

CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE

HOSPITAL MENDO SAMPAIO

MASCULINO

FILIAÇÃO

DANIEL JULIO GOMES e GENILDA BELO DA SILVA

AVÓS

MANOEL JULIO GOMES e MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO
BENEDITO BELO DA SILVA e ESTER FRANCISCA DA SILVA

GÊMEO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

VINTE E QUATRO DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

2ª VIA

Cartório do Registro Civil - Ponte dos Carvalhos

Bel. Amaury Capistrano dos Santos

José Carlos dos Santos - Substituto

Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco

AV. Prefeito Diomedes Ferreira de Melo N°85 A

O Conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé

11 de Agosto de 2014

Cabo de Santo Agostinho

Amaury Capistrano dos Santos
Assinatura do Oficial

Valido somente com o
selo de autenticidade.

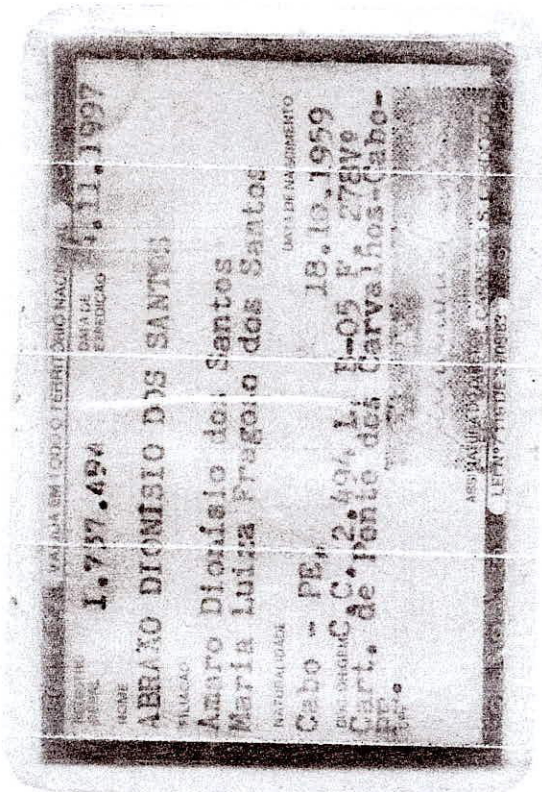
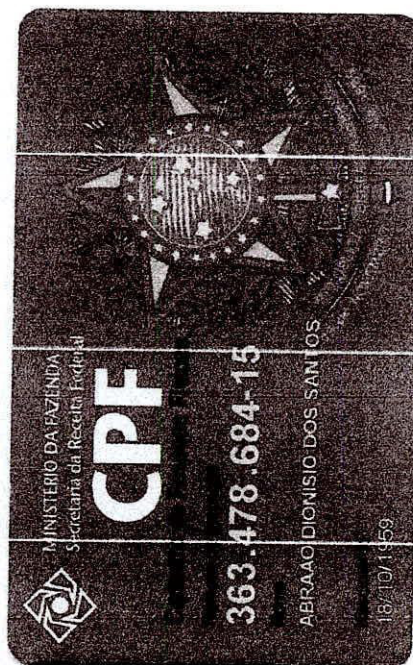
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização



CERTIDÃO

ADR054040

Bel. Amaury Capistrano dos Santos
Oficial do Reg. Civil - TAREF 12



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá* Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0983 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
 Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31

Selo: 0150615.TDA07201701.04370 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigit



Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31

Selo: 0150615.DFD07201701.04369 03/08/2017

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/s

Regist. Amaury Capistrano
Registro Civil, em virtude da Lei, etc.



CERTIDÃO DE CASAMENTO

LIVRO B-05

FOLHAS 278^{va}

TÉRMO 2.494

Certifico que do livro, folhas e termo supra citados, do Cartório a meu cargo consta o CASAMENTO de:

Araújo Dionísio dos Santos
e **Luci Dalva da Silva**
a qual após o casamento passou a adotar o nome de: **Luci Dalva da Silva Santos**.

efetuado em data de: **24 de julho de 1986** (24-07-1986).

Ele é filho de **Amaro Dionísio dos Santos**

e de dona **Maria Luiza Frayro dos Santos**

nascido em **Cabo de Santo Agostinho**

no dia **18 de outubro de mil novecentos e cinquenta e nove** (18-10-1959).

de profissão **industrial** domiciliado e residente

na **Alf. (Rua M, nº 05 - Lote 2/2a)**

Ela é filha de **Nelson Cretano da Silva**

e de dona **Maria Cretano da Silva**

nascida em **Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco**

no dia **27 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove** (27-12-1959)

de profissão **do lar** domiciliada e residente

na **Alf. (mesmo endereço do marido)**

O ato foi celebrado pelo **Dr. Jacy de Oliveira, dos Carvalhos, Alf. Comar-**

ca, J.º Carlos Patrício Malta - "Planoqueto"

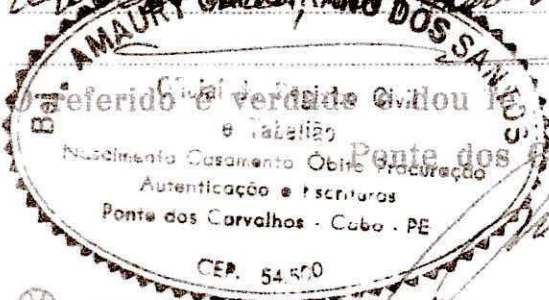
Serviram de testemunhas **Louy Cretano da Silva** e **Maria Luiza**

Cretano da Silva

O casamento foi celebrado pelo regime da **Comunhão Parcial** de bens

OBSERVAÇÃO: **O presente ato foi celebrado na Sala das Audiências,**

de Cabo de Santo Agostinho, de Recife em 1986.

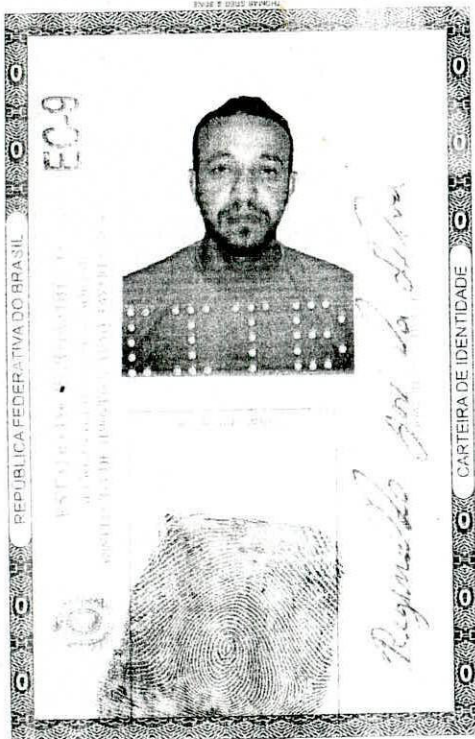


Ponte dos Carvalhos, 24 de julho de 1986

Amaury Capistrano dos Santos

Bel. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS

CARTÓRIO AMAURY CAPISTRANO
"O Notário faz o Cristão. O Registro o Cidadão."



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.883.780 DATA DE EMISSÃO 06/03/2017

REGINALDO JOSÉ DA SILVA >>

FILIAÇÃO >> JOVÊNIO JOSÉ DA SILVA >> >> MARIA JOSÉ DA SILVA >>

NATURALIDADE CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE DATA DE NASCIMENTO 10/02/1982

CPF 0000647 17 CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE >> 041.513.604-09

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-76 5.768 - 4322

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Empl. R\$ 3,32, TGNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29
Selo: 0150615.LLY07201701.04378 03/08/2017 13:07:47
Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selo

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR



Ministério da Fazenda
Receita Federal



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
041.513.604-09

Nome
REGINALDO JOSE DA SILVA

Nascimento
10/02/1982

CÓDIGO DE CONTROLE
98E4.E857.761A.6181



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DO 3º DISTRITO PONTE DOS CARVALHOS

Certidão de Casamento

NOME:

REGINALDO JOSÉ DA SILVA
MARÍLIA MARIA DA SILVA

MATRÍCULA:

077479 01 55 2016 3 00002 254 0000847 17

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES			
REGINALDO JOSÉ DA SILVA, nacionalidade BRASILEIRO, nascido em Cabo de Santo Agostinho - PE a 10 de fevereiro de 1982, filho de JOVÊNCIO JOSÉ DA SILVA e MARIA JOSÉ DA SILVA		MARÍLIA MARIA DA SILVA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em Água Preta - PE a 9 de janeiro de 1984, filha de JOSÉ MARINALDO DA SILVA e VILMA MARIA DA SILVA	
DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO	DIA	MÊS	ANO
Oito de agosto de dois mil e dezesseis.	08	08	2016
REGIME DE BENS DO CASAMENTO			
Comunhão Parcial de Bens			
NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)			
Não consta alteração de nome.			
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES			
Ato registrado no livro B AUX-2, às folhas 254 sob o nº 847. Data do registro: 8 de agosto de 2016. Data de celebração: 28 de julho de 2016.			
CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL:			

Nome do Ofício
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DO 3º DISTRITO
PONTE DOS CARVALHOS

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE,
25 de outubro de 2016.

Oficial Registrador
AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - SUBSTITUTO

Município/UF
CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE

Endereço
AV. PREFEITO DIOMEDES FERREIRA DE MELO Nº 89,
SALA F - GALERIA YRUAMA - PONTE DOS CARVALHOS
CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE CEP: 54580-225

Oficial do Registro Geral - Tabelião Substituto

José Carlos dos Santos
Oficial do Reg. Civil - TABELIÃO
Substituto

Selo: 0077479.QJB03201601.02827
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

Del. Amaury Capistrano dos Santos
Oficial do Registro Civil e Tabelião
José Carlos dos Santos - Substituto
Ponte dos Carvalhos - Cabo-PE
CEP 54 580-225

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

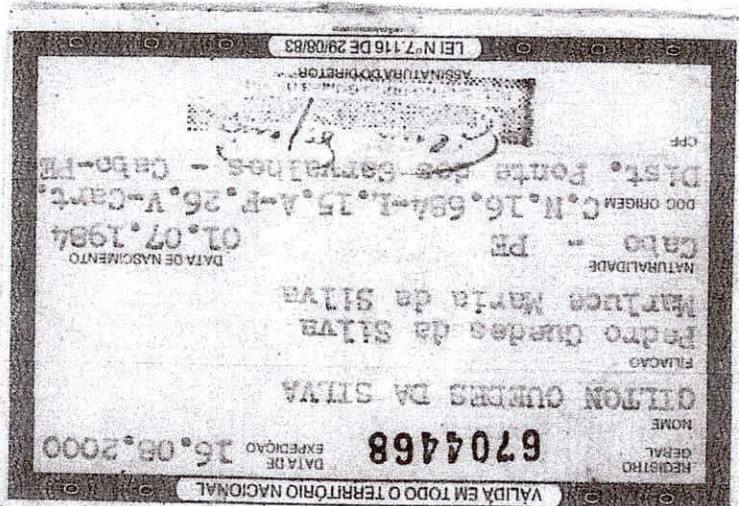
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR

Emol. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,28

Selo: 0150615.VFZ07201701.04377 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29

Selo: 0150615.BKA07201701.04361 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Pernambuco
COMARCA DE Cabo
MUNICÍPIO DE Cabo
DISTRITO DE Ponte dos Cavalhos

Bel. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS

Oficial ESCRIVÃO do Registro Civil

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, às fls. 268 do Livro A 15, sob Nº de Ordem 16.684, foi lavrado o assento do nascimento de Gilson
Guedes da Silva
do sexo masculino, nascido no dia Primeiro
de julho de mil novecentos e oitenta e quatro
(01/07/1984) às 11:35 horas, em Cabo, PE
(maternidade Santa Helena)
filho de Pedro Guedes da Silva
e de Dona Menelice Maria da Silva
Sendo avós paternos Manoel Guedes da Silva
e Dona Eulália Felix da Costa
e avós maternos Francisco Manoel do Nascimento
e Dona Severina Manoel do Nascimento
O assento foi lavrado em 02 de julho de 1984 tendo sido declarante
O genitor
e serviram de testemunhas João Gomes de Souza e Domício
Teófilo da Silva

Observações:

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
Escritor: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Enol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,31
Selo: 0150615.00A07201701.04364 03/08/2017 15:07:41
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



2ª Via

O referido é verdade e dou fé
Ponte dos Cavalhos, 16 de setembro de 1992

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO TAVARES BURL

08, M 05



POLEGAR DIREITO





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.494.148

DATA DE EXPEDICAO 14/02/2005

NOME << LEILIANE PEREIRA DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOSE PEREIRA DA SILVA >>

<< MARIA DE LOURDES DA SILVA >>

NATURALIDADE CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE

DATA DE NASCIMENTO 09/10/1987

DOC ORIGEM << CN 21511 LA20 F 002 CART 3 DIST CABO DE PE 04/10/1987 >>

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83



MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Fisicas

Numero de Inscao

075.182.014-88

Nome

LEILIANE PEREIRA DA SILVA

Nascimento

09/10/1987



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS

Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29

Selo: 0150615.XEB07201701.04366 03/08/2017 15:07:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 168 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho / PE - Fone: (81) 3521-0893 - Fax: (81) 3521-0033

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29
Selo: 0150615.LEW07201701.04365 03/08/2017 15:07:40
Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital



NASCIMENTO N.º 21.511

CERTIFICO que as folhas 083 do livro N.º A-20, do Registro de Nascimento foi feito hoje, o assento de Beiliane Peneira da Silva nascida aos nove de Outubro de mil novecentos e oitenta e sete (09-10-1987) às 14:00 horas e — minutos em Usina Bom Jesus - Cabo - Pernambuco do sexo feminino de cor — filha de José Peneira da Silva natural de Pernambuco e de Dona Maria de Brundes da Silva natural de Pernambuco, casados neste Cartório. São avós paternos Raimundo Peneira da Silva e Dona Gercina Francisca da Silva e avós maternos Pedro Peneira da Silva e Dona Olivia Maria da Silva. Foi declarante A genitora e serviram de testemunhas Vera Lucia Peneira da Silva e Alencader Francisco do nascimento. Observações: Registro feito nos termos da Lei em Vigor

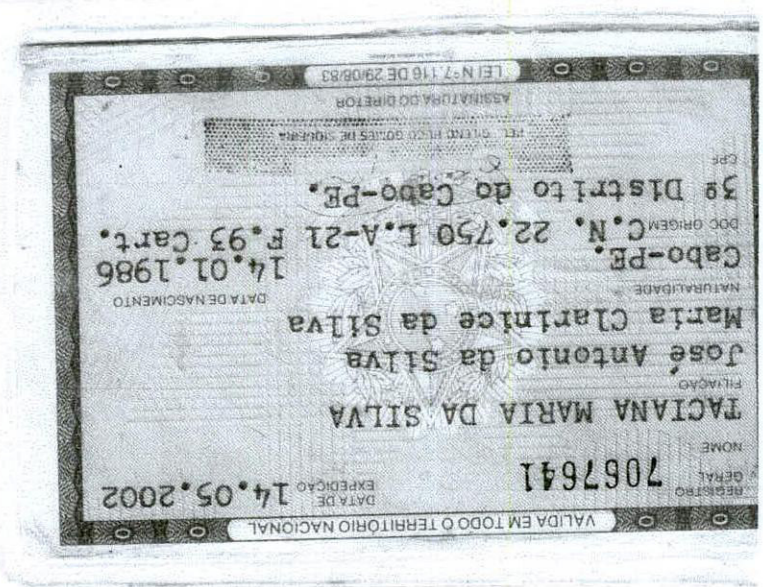
O referido é verdade e dou fé. 14 de Outubro de 1987
Ponte dos Carvalhos

Imp. padronizadas Cartorenses
Bel. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS
ESCRIVÃO



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR
Emol. R\$ 3,32, TSNR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 3,98
Selo: 0150615.ZPJ07201701.04368 03/08/2017 15:07:41
Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital.



Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

Escrevente: AMARO GERALDO CAVALCANTI VASCONCELOS JUNIOR

Emol. R\$ 3,32, TSMR R\$ 0,66, FERC R\$ 0,33 Total R\$ 4,29

Selo: 0150615.GSR07201701.04367 03/08/2017 15:47:41

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Pernambuco

MUNICÍPIO de Cabo

DISTRITO de Ponte dos Carvalhos

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Bel. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS Oficial do Registro

Civil em virtude da Lei, etc.

N.º 22.750

FLS. 93

CERTIFICO que no livro n.º 7-21 de assentamentos, de nascimentos foi feito no dia 14 do mês de novembro do ano de 1988

o registro de Taciana Maria da Silva

do sexo, feminino de cor

nascida no dia catongo de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis - (24-01-1988)

às 02:00 horas em Domicílio - Engenho Ilha - Cabo - Pernambuco.

filha de José Antonio da Silva e de Maria Clarinice da Silva, naturais deste Estado.

são avós paternos José Ferreira da Silva

e Maria Elvina da Silva

avós maternos Pedro Marcelino da Silva

e Clarinice Cardoso

foi declarante o genitor

Testemunhas

(Joséinaldo Condeiro da Silva

(Moacin Marcelino da Silva

O referido é verdade e dou fé

Observações: Registro feito nos termos da Lei em vigor.

Ponte dos Carvalhos, 14 de novembro de 1988

MOD. (1)

Impressos padronizados "CONTEMPORÂNEO", Recife-PE CGC 14.082.000-00

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Bel. AMAURY CAPISTRANO DOS SANTOS

ESCRIVÃO

MINISTÉRIO, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO & COMUNICAÇÃO
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EGRE.
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO D, SALA 307 ANEXO OESTE
BLOCO D. 3º ANDAR BRASÍLIA - DF
CEP. 70044-900



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
RUA JOÃO BAPTISTA BARRETO Nº 42 ALTO DO SOL
PONTE DOS CARVALHOS - CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE
CEP 54580660

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
CNPJ: 03.004.577/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:26:10 do dia 27/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.009880/2014 Localidade / UF: CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
Entidade: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Edjane Maria dos Santos	792.643.794-87	Tesoureiro	10/08/2016 10/08/2020	
Bruna Caroline Figueiredo dos Santos	098.056.374-76	Vice-Presidente	10/08/2016 10/08/2020	
Josias Gomes da Silva Filho	610.721.414-34	Secretário Geral	10/08/2016 10/08/2020	
gideo santana de araujo	025.298.374-22	Presidente	10/08/2016 10/08/2020	()
Djaelton Júlio Gomes	047.368.984-70	Diretor de Operações	10/08/2016 10/08/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº: 53900.009880/2014-14

Localidade: Cabo de Santo Agostinho / PE

Entidade: Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 04 (0084076)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 31/07/2014

1.2) Tempestividade: Abrangido pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6-B, §6º)

2) Estatuto Social: fl. 04 a 10 (2111330) - registrado.

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 8, a

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, a

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 13

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 14

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12 (4 anos)

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 20

3) Ata de Eleição da Diretoria: fl. 12 (2111330) ? registrada

Mandato de 10/08/2016 a 10/08/2020

Presidente: Gideão Santana de Araújo

Vice-Presidente: Bruna Carolina Figueiredo dos Santos

Secretário(a) Geral: Josias Gomes da Silva Filho

Tesoureiro(a): Edjane Maria dos Santos

Diretor de Operações: Djaelton Júlio Gomes

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: Fls. 15 a 24 (2111330)

5) CNPJ: fl. 07 (0084076)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2430659)

7) Declaração de conformidade: fl. 05 (0084076)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 37 a 39 (0084076)

*****CONCLUSÕES:**

- Após consulta ao sítio do Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

Luciana Pimentel Chaves

Data de Envio:

27/11/2017 17:30:12

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE (processo nº 53900.009880/2014-14), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Ter, 28 de nov de 2017 11:07

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 27 de novembro de 2017 17:30:13

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE (processo nº 53900.009880/2014-14), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-

oeste.

CEP 70044-900 Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6811

lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - CABO SANTO AGOSTINHO.pdf

270 KB



Menu Principal ▾

BOM DIA
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

SRD » » Consultas » » Geral | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Cabo de Santo Agostinho
Canal: 253
Fase: 3

Distrito: Cabo de Santo Agostinho
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA JOAO PAES BARRETO, 42
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.004.577/0001-60
Bairro: PONTE DOS CARVALHOS
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03004577000160 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 54500000
Logradouro: RUA JOAO PAES BARRETO, 42
Número: .
Complemento:
Bairro: PONTE DOS CARVALHOS
Estado: PE
Município: Cabo de Santo Agostinho
Distrito: Cabo de Santo Agostinho
SubDistrito:
Telefone:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 54500000
Logradouro: RUA JOAO PAES BARRETO, 42
Número: .
Complemento:
Bairro: PONTE DOS CARVALHOS
Estado: PE
Município: Cabo de Santo Agostinho
Distrito:
SubDistrito:
Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 16/08/2004

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 531030001251999 ◀

Fistel: 50012123404

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	504 ◀	Portaria ▾	MC ▾	02/04/2002 ◀	09/04/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	29789 ◀	ATO ▾	SCM ▾	03/10/2002 ◀	07/10/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
<input type="text"/>	429 ◀	Decreto Legislativo ▾	CN ▾	13/08/2004 ◀	16/08/2004	Deliber. do C.	Jur. ▾

Nacional

Autoriza o Uso
de
Radiofrequência
de RADCOM

Téc. ▼

+ Característica da Estação Instalada

- Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS - CNPJ/CPF
(03.004.577/0001-60)**Município/UF:** CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE**Indicativo:** ZYL814**Situação:** Entidade não possui
débitos**Canal:** 253**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.004.577/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/02/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA PONTE FM		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOAO PAES BARRETO - ALTO DO SOL	NÚMERO 42	COMPLEMENTO
CEP 54.580-000	BAIRRO/DISTRITO PONTE DOS CARVALHOS	MUNICÍPIO CABO DE SANTO AGOSTINHO
UF PE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **11/12/2017** às **09:20:35** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 490, DE 26 DE MARÇO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53710.001403/2000).

PIMENTA DA VEIGA

(Nº 336-8- 03.04.02 - R\$ 95,23)

PORTARIAS DE 2 DE ABRIL DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
499	53710.000326/00	Associação Comunitária de Comunicação Social de São João da Lagoa-MG	São João da Lagoa/MG
500	53720.000016/00	Associação de Cultura e Informação de Pacajá - ACIPA	Pacajá/PA

PORTARIA Nº 523, DE 2 DE ABRIL DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Rádio Ouro Verde FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, a efetuar a transferência indireta da permissão. Aprovar, em consequência, os novos quadros societário e diretivo da entidade. (Processo n.º 53000.002572/2001).

PIMENTA DA VEIGA

(Nº 335-X - 03.04.2002 - R\$ 95,23)

PORTARIA Nº 531, DE 8 DE ABRIL DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, resolve:

Art.1o Convocar Audiência Pública referente ao Edital de Licitação do Programa GESAC - Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão, definido pelo Ministério das Comunicações por intermédio da Portaria n.o 256, de 13 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2002.

Art. 2o A Audiência Pública será realizada no dia 23 de abril de 2002 no MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Auditório Lourenço Nassib Chehab, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília - DF, a partir das 9h30.

Art. 3o O objetivo da Audiência Pública é elucidar dúvidas, aos interessados, sobre o teor e a abrangência dos aspectos pautados na Consulta Pública objeto da Portaria no 258, de 15 de março de 2002, referente à Minuta do Edital de Licitação do Programa GESAC - Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Art. 4o Os procedimentos da Audiência Pública estão definidos no Anexo desta Portaria.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

ANEXO

GESAC - Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão

AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Data
23 de abril de 2002.

2. Local
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AUDITÓRIO LOURENÇO NASSIB CHEHAB
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
Brasília - DF.

3. Da Agenda

3.1. Registro de Presença e Identificação quanto à formulação prévia ou oral de questão: 8h30 - 9h30;

3.2. Abertura por representante do Ministério das Comunicações: 9h30 - 10h00;

3.3. Período de Esclarecimentos: 10h00 - 12h30;

501	53780.000045/01	Associação Desenvolvimento Comunitário Arapuaá Ipanguaçu	Ipanguaçu/RN
502	53780.000312/98	Associação de Proteção e Assistência à Maternidade, à Infância e ao Meio Rural de Santana do Matos - APAMI	Santana do Matos/RN
503	53710.000689/98	Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo/MG	Pedro Leopoldo/MG
504	53103.000125/99	Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos	Cabo de Santo Agostinho/PE
505	53103.000550/99	Associação de Difusão Comunitária do Cabo de Santo Agostinho - Rádio Calheta - A Difusão Cabense	Cabo de Santo Agostinho/PE
506	53790.001228/98	Clube do Livro Coriolano Castro	Santana da Boa Vista/ RS
507	53690.000376/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Tesouro-MT	Tesouro/MT
508	53830.002334/98	Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracaí	Maracaí/SP
509	53640.001627/98	Associação Cultural Comunitária de Água Quente	Érico Cardoso/BA
510	53650.002964/98	Associação de Moradores do Itamarati	Uruburetama/CE
511	53640.000980/98	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente	Valente/BA
512	53630.000258/98	Associação Comunitária Pedra Pintada - ACP	Itacoatira/AM
513	53650.002584/98	Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara	Ubajara/CE
514	53710.000646/01	Associação Comunitária de Radiodifusão Vida Nova	São João do Maranhão/MG
515	53000.000862/01	Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ibira-juba - PE	Ibira-juba/PE
516	53730.000149/99	Associação de Rádio Comunitária de Pedra Branca	Pedra Branca/PB
517	53650.002571/98	Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC	Bela Cruz/CE
518	53670.000020/99	Associação de Radiodifusão Comunitária de Rubiataba	Rubiataba/GO
519	53710.001538/98	Associação Comunitária Aiuruocana de Radiodifusão	Aiuruoca/ MG

PIMENTA DA VEIGA
(Of. El. nº 131/02/SE/MC)

PORTARIA Nº 532, DE 8 DE ABRIL DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto no 83.937, de 6 de setembro de 1979, no Decreto no 1.362, de 1o de janeiro de 1995, resolve:

Art. 1o Delegar competência ao Secretário-Executivo, para a prática dos seguintes atos:

I - ordenar despesas e praticar todos os atos de gestão necessários à execução da programação orçamentária e financeira dos recursos alocados ao orçamento do Ministério, bem como dos créditos sob sua supervisão;

II - autorizar alterações das modalidades de aplicação das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério e a suas entidades vinculadas;

III - autorizar a aquisição, a locação, o comodato e a utilização temporária de imóveis do Ministério;

IV - praticar todos os atos necessários à destinação e alienação de bens móveis administrados pelo Ministério, ou adjudicados em processo de execução da dívida ativa da União, bem como aqueles considerados inservíveis ou antieconômicos;

V - nomear comissão permanente de licitação e praticar todos os atos decorrentes do processo de compra de material e execução de obras e serviços;

VI - celebrar ou aprovar, no âmbito da Secretaria Executiva, contratos, convênios, ajustes ou acordos;

VII - autorizar a restituição de garantias contratuais e aplicar penalidades a fornecedores e prestadores de serviços, nos casos previstos na legislação pertinente;

VIII - praticar todos os atos relativos à vida funcional dos servidores do Quadro Permanente do Ministério das Comunicações, de acordo com a legislação específica;

IX - nomear ocupantes de Funções Gratificadas (FG);

X - efetuar o provimento de substituição dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, níveis 1, 2, 3 e 4;

XI - autorizar as férias regulamentares dos titulares das unidades e aprovar e alterar a escala de férias dos servidores da Secretaria Executiva;

XII - autorizar o deslocamento de servidores do Ministério em objeto de serviço, e a requisição de transporte, passagens e diárias, para viagens nacionais e internacionais, na forma da legislação vigente;

XIII - dispensar e abonar o ponto de servidor em virtude de comparecimento a congressos, conferências ou eventos similares, no País e no Exterior;

XIV - decidir sobre pedidos de afastamento e licença de servidor, de acordo com a legislação específica;

XV - homologar ausências de servidores e decidir sobre concessão de horário especial a servidor estudante;

XVI - autorizar a realização de jornada de trabalho extraordinário ou noturno, conceder adicional noturno e por prestação de serviço extraordinário, e adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas;

XVII - conceder e administrar os benefícios legais aos servidores do Ministério, a execução do plano de assistência à saúde, e aprovar a programação de treinamento de servidores;

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 426, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TARUMIRINENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 113, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Tarumirinese de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 427, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 473, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu/RN a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 428, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE SAPEZAL - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapezal, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 410, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal - MT a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapezal, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 429, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 504, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 430, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - RÁDIO CALHETA - A DIFUSÃO CABENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 505, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Cabo de Santo Agostinho - Rádio Calheta - A Difusão Cabense a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 431, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/IBIRAJUBA-PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubarajuba, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 515, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ibirajuba-PE a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirajuba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 432, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2002, que outorga concessão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 433, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - ASCOBSJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Lagoa Tapada, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 748, de 10 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária do Bairro São José - ASCOBSJ a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Lagoa Tapada, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AIURUOCANA DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 28486/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.009880/2014-14.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabo de Santo Agostinho / PE**, por meio da Portaria nº 504, publicada no DOU de 09/04/2002, e Decreto Legislativo nº 429, publicado no DOU de 16/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 16/07/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 31/07/2014, à fl. 04 (0084076), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Gideão Santana de Araújo

Vice-Presidente: Bruna Carolina Figueiredo dos Santos

Secretário(a) Geral: Josias Gomes da Silva Filho

Tesoureiro(a): Edjane Maria dos Santos

Diretor de Operações: Djaelton Júlio Gomes

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl. 04 (0084076)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Petição 2111330
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 04 a 10 (Petição 2111330)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fl. 12 (Petição 2111330)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 15 a 24 (Petição 2111330)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 37 a 39 (Petição 0084076)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 05 (0084076)
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		fl. 01 (2430659)
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		fl. 01 (2479468)
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2435622
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2479490).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.009880/2014-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000125/1999 e nº 53900.009880/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 11/12/2017, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2017, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 18/12/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/12/2017, às 19:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2479496** e o código CRC **0F6AA67B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 2479496

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.009880/2014-14**

Entidade: **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53900.009880/2014-14 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **28486/2017/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2479496), no qual a **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabo de Santo Agostinho/PE**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/12/2017, às 12:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2524742** e o código CRC **B76424E4**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.009880/2014-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000125/1999 e nº 53900.009880/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 2524742

PORTARIA Nº 7590/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000125/1999 e nº 53900.009880/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533604** e o código CRC **5C0AC276**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.009880/2014-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533613** e o código CRC **50190902**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 5433/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos
Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Sol - Ponte dos Carvalhos
54.580-660 / Cabo de Santo Agostinho - PE
CNPJ nº 03.044.577/0001-60

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53900.009880/2014-14.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 7590/2017, de 09 de fevereiro de 2018.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/02/2018, às
09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2652955 e o código CRC **ED7E5279**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 5433/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.009880/2014-14 - Nº SEI: 2652955



001-9

00198.41808 50000.000005 04684.011218 3 74620000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004684011
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 13/03/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos CNPJ nº 03.044.577/0001-60 - 53900.009880/2014-14

Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos

Cabo de Santo Agostinho, PE - CEP: 54.580-660

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4684011 enviado em 21/02/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04684.011218 3 74620000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 13/03/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 21/02/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 21/02/2018	Nosso número 00000000004684011	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4684011 enviado em 21/02/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos CNPJ nº 03.044.577/0001-60 - 53900.009880/2014-14

Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Sol, Ponte dos Carvalhos

Cabo de Santo Agostinho, PE - CEP: 54.580-660

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/02/2018 17:33:17**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA**Ofício:** 4684011**Data prevista de publicação:** 22/02/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10549880	ATO PORTARIA Nº 7590 MIN.rtf	593b0f58e20f860a f0f69f5b55dc3607	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 02/04/2018 14:48:23**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA**Ofício:** 4733471**Data prevista de publicação:** 03/04/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10643795	ATO PORTARIA Nº 710 MIN.rtf	f4b9fc62273ff576 6831967a36f90e3f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10643796	ATO PORTARIA Nº 712 MIN.rtf	58292a319440ed91 da59d7d84d95c469	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10643797	ATO PORTARIA Nº 7581 MIN.rtf	25b1e3ccbf1d4870 884997f81442b536	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10643798	ATO PORTARIA Nº 7585 MIN.rtf	8f4a30a32e7dddc 032e54868c0ff006	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10643799	ATO PORTARIA Nº 7589 MIN.rtf	bbb4fbe332c3be8b 173f74d0bf28c9d1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10643800	ATO PORTARIA Nº 7590 MIN.rtf	90f1c446723ee69a 07da00532bfb46ef	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			37,00	R\$ 1.222,48



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

PARECER Nº 42/2012/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.041527/2011-11

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE

ASSUNTO: Questionamento a respeito da publicação de atos oficiais da SCE.

- I. Consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica a respeito do ônus pela publicação de atos oficiais, face às disposições do Decreto nº 4.520, de 2002;
- II. Gratuidade da publicação a depender da natureza do ato oficial do Ministério das Comunicações.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica a respeito do ônus pela publicação de atos oficiais, face às disposições do Decreto nº 4.520, de 16 de dezembro de 2002.

2. De acordo com informações dos autos, a publicação de atos oficiais referentes a serviços de radiodifusão é solicitada pela SCE e paga pela entidade ou requerente, em cumprimento ao art. 10 do Decreto nº 4.520, de 2002, que dispõe da seguinte forma:

"Art. 10 – São pagos pelo interessado os atos oficiais que envolvam benefícios ou interesses específicos e individuais de pessoas naturais e jurídicas.

Parágrafo único – Quando se tratar de ato baixado em função de política setorial, o ônus do pagamento poderá ficar a cargo do órgão expedidor, desde que expressamente aprovado pelo respectivo Ministro de Estado."

3. No entendimento da Secretaria, os atos relacionados à outorga, aprovação de locais e equipamentos, consignação de frequências digitais e renovação de outorga são ou de interesse público ou de interesse compartilhado, dispensando o pagamento pelo particular do valor despendido com as publicações.

4. Assim, questiona a Secretaria:

"a) Os atos relacionados à outorga, aprovação de locais e equipamentos, consignação de frequências digitais e renovação de outorga são de interesse público? Se sim, poder-se-ia isentar o particular do pagamento por suas publicações?

b) E sobre os demais atos, qual a interpretação quanto ao ônus da publicação?"

5. É o breve relatório.

B

II - ANÁLISE

6. O princípio da publicidade, como princípio constitucional, é pressuposto de um Estado Democrático de Direito. A publicidade objetiva dar transparência aos atos da Administração e garantir seus efeitos externos, permitindo ao administrado tomar ciência dos mesmos e exercer o controle ou a fiscalização.

7. O Decreto nº 4.520, de 2002, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, estabelece a obrigatoriedade de publicação dos atos oficiais, excetuados os de caráter interno, da Administração Pública Federal. Vejamos:

Art. 1º Incumbe ao Poder Executivo, por intermédio da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, a publicação:

I - das leis e dos demais atos resultantes do processo legislativo previsto na Constituição;

II - dos tratados, convenções e outros atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional; e

III - dos atos oficiais, excetuados os de caráter interno:

a) da Administração Pública Federal;

b) do Poder Judiciário; e

c) do Tribunal de Contas da União.

§ 1º As publicações de que trata este artigo serão efetuadas no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça.

8. Atos oficiais são as manifestações da vontade da Administração Pública, realizadas por agente capaz, contendo objeto lícito e que tenha a forma prescrita e não defesa em lei. Devemos, entretanto, verificar quais os atos oficiais que possam produzir efeitos externos e que devem ser publicados no Diário Oficial da União.

9. Neste sentido, não há dúvidas de que os mencionados atos administrativos (atos relacionados à outorga, aprovação de locais e equipamentos, consignação de frequências digitais e renovação de outorga) são atos que produzem efeitos externos, por se tratarem de atos relacionados à concessão de um serviço público e, portanto, devem ser publicados no Diário Oficial da União.

10. Quanto ao ônus do pagamento das publicações, dispõe o art. 8º do Decreto 4.520/2002:

Art. 8º São publicados gratuitamente:

I - os atos oficiais da Presidência da República, dos órgãos que a integram e dos Ministérios;

II - os atos oficiais do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União;

III - os atos relativos a pessoal, com exceção dos originários de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades sob supervisão ministerial e órgãos autônomos; e

IV - os despachos, resoluções, pautas, atas, editais relativos à justiça gratuita, intimações, notas de expediente dos cartórios judiciais, acórdãos e demais atos oficiais do Poder Judiciário.

Art. 9º Estão sujeitos a pagamento:

I - os contratos, convênios, aditivos, distratos, editais, avisos e comunicações em geral; e

II - os atos originários de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, entidades sob supervisão ministerial e órgãos autônomos.

Art. 10. São pagos pelos interessados os atos oficiais que envolvam benefícios ou interesses específicos e individuais de pessoas naturais e jurídicas.

Parágrafo único. Quando se tratar de ato baixado em função de política setorial, o ônus do pagamento poderá ficar a cargo do órgão expedidor, desde que expressamente aprovado pelo respectivo Ministro de Estado.

11. A Portaria nº 268, de 05 de outubro de 2009, da Imprensa Nacional, dispõe sobre normas para publicação de matérias nos Jornais Oficiais, e assim dispõe, quanto ao ônus pelo pagamento das publicações oficiais:

Art. 26 São objetos de pagamento no Diário Oficial da União:

Seção 1

I - as matérias originárias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, entidades sob supervisão ministerial e órgãos autônomos;

II - os atos oficiais emanados dos Poderes da União que envolvam benefícios ou interesse de terceiros;

Seção 2

III - as matérias originárias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, entidades sob supervisão ministerial e órgãos autônomos;

IV - editais, comunicados e avisos;

Seção 3

V - todas as matérias inseridas na Seção 3 do Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Serão objeto de pagamento as retificações ou republicações inseridas no Diário Oficial da União sempre que a falha decorrer do órgão ou entidade emissora dos atos.

(...)

Art. 29 São objetos de pagamento no Diário da Justiça:

I - os editais, salvo aqueles com gratuidade deferida por autoridade competente;

II - os atos oficiais que envolvam benefícios ou interesse de terceiros, salvo aqueles com gratuidade deferida por autoridade competente.

12. A controvérsia jurídica reside, portanto, no alcance do art. 10 do Decreto nº 4.520, de 2005, e se as espécies de publicações mencionadas pela SCE estariam atingidas por este dispositivo regulamentar. A título de esclarecimento, este dispositivo prescreve que o ônus financeiro da publicação dos atos oficiais que envolvam benefícios ou interesses específicos e individuais de pessoas naturais ou jurídicas deve ser recair sobre os respectivos interessados ou beneficiários.

13. Quanto ao alcance do art. 10 do Decreto nº 4.520, de 2005, é necessário fazer uma análise do comando contido no caput do dispositivo:

“São pagos pelos interessados os atos oficiais que envolvam benefícios ou interesses específicos e individuais de pessoas naturais e jurídicas.”

14. Assim, atos que envolvam interesses ou benefícios específicos e individuais devem ser pagos pelo respectivo interessado. Deve ser questionado, contudo, se os atos de (i) outorga de serviços, (ii) renovação das outorgas, (iii) aprovação de local e equipamentos e (iv) consignação de canal digital envolvem interesses específicos e individuais. Ou seja, além de específico, o interesse envolvido no ato oficial deve ser exclusivamente do indivíduo ou da pessoa jurídica.

15. No entanto, é importante levar em consideração que as atividades de radiodifusão são caracterizadas como serviço público. Para a caracterização de um serviço público são

necessários três elementos, quais sejam: o elemento subjetivo, material e formal. O elemento subjetivo está presente, uma vez que a União é a titular dos serviços de radiodifusão¹, podendo explorá-la diretamente ou transferir a execução da atividade para o particular, através de autorização, permissão ou concessão.

16. Por sua vez, o elemento material, conceituado por Celso Antônio Bandeira de Mello² como “a prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados”, também se manifesta nos serviços de radiodifusão. Também se encontra presente o elemento formal do serviço público, caracterizado por Celso Antônio Bandeira de Mello³ pela “supremacia do interesse público sobre o privado e por restrições especiais, firmados uns e outros em função da defesa de valores especialmente qualificados no sistema normativo”.

17. Naqueles que casos em que há delegação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens que são, como demonstrado acima, serviços públicos, não se pode dizer que os interesses envolvidos são exclusivamente individuais, apesar de apenas uma entidade figurar como a outorgada do respectivo serviço público.

18. Como ensinado por Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO, “para o concessionário, a prestação do serviço é um meio através do qual obtém o fim que almeja: o lucro. Reversamente, para o Estado, o lucro que propicia ao concessionário é meio por cuja via busca sua finalidade, que é a boa prestação do serviço”⁴.

19. Portanto, no caso em análise, pode-se afastar a aplicação do art. 10 do Decreto nº 4.520, de 2005, para os atos de (i) outorga de serviços e (ii) renovação das outorgas, visto que são atos essenciais para a delegação de serviço público, em que não está envolvido o interesse exclusivamente específico e individual, mas sim o interesse público de haver a boa prestação do serviços de radiodifusão – ressalte-se, um serviço público – para a população. Esses atos oficiais devem, portanto, ser publicados gratuitamente no diário oficial, por força do art. 8º, inciso I, do Decreto nº 4.520, de 2005.

20. Os atos oficiais de (iii) aprovação de local e equipamentos, por sua vez, merecem comentário específico. Quando se tratar de aprovação de local e equipamentos no bojo de um processo que irá resultar na concessão ou permissão de um serviço de radiodifusão, deve-se aplicar o mesmo entendimento apresentado no item anterior. Contudo, estando o serviço em funcionamento devidamente outorgada e licenciada, os custos da publicação de eventuais novas aprovações de locais e de equipamentos devem ser suportados pela entidade outorgada.

21. Com relação aos atos oficiais de (iv) consignação de canal digital, pelas suas características, esta Consultoria Jurídica não entende ser possível afastar a necessidade de pagamento da publicação. As consignações são autorizadas por meio de aditamentos aos contratos de concessão ou permissão, que formalizam a outorga dos serviços de radiodifusão para as entidades, e o art. 9º do Decreto nº 4.520, de 2005, prevê a necessidade de pagamento da publicação dos contratos e aditivos. Dessa forma, a entidade outorgada ainda deve assumir o ônus financeiro da publicação.

¹ Art. 21, XII, a, da Constituição Federal de 1988.

² Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 26ª ed., 2009, p. 668.

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Op. Cit.

⁴ Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 26ª ed., 2009, p. 706-707.

22. Cumpre mencionar, por fim, que o Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria específica, pode assumir o ônus do pagamento das publicações no diário oficial, se referidos atos estiverem abrangidos por política setorial desta Pasta, por força do parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 4.520, de 2005, o que poderia ser o caso, por exemplo, das consignações de canal digital.

III – CONCLUSÃO

23. Deste modo, em resposta à consulta formulada, esta Consultoria Jurídica conclui que:

- a) As publicações relacionadas às outorgas de serviços de radiodifusão e de renovação das outorgas devem ser consideradas gratuitas, conforme dispõe o art. 8, inciso I, do Decreto nº 4.520, de 2002, uma vez que não se aplica o art. 10 do referido ato normativo;
- b) As publicações relacionadas à aprovação de local e equipamentos, quando se tratar de aprovação no bojo de um processo que irá resultar na concessão ou permissão de um serviço de radiodifusão, devem ser consideradas gratuitas. Contudo, estando o serviço em funcionamento devidamente outorgada e licenciada, os custos da publicação de eventuais novas aprovações de locais e de equipamentos devem ser suportados pela entidade outorgada;
- c) As publicações de consignação de canal digital, em razão do art. 9º do Decreto nº 4.520, de 2002, devem ser pagas pelo interessado. No entanto, em função de política setorial, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por ato próprio, pode determinar que esta Pasta assumo o ônus do pagamento, conforme previsto no parágrafo único do art. 10 do mencionado decreto.

24. Encaminhem-se os autos para a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Brasília, 11 de janeiro de 2012.



JOSÉ FLÁVIO BIANCHI
Consultor Jurídico

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.009880/2014-14**

Entidade: **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**

Assunto: **Gratuidade da Taxa de Publicação referente à Renovação. Parecer Conjur nº 42/2012.**

1. Em atendimento ao Parecer nº 42/2012/CONJUR-MC/AGU (2825120), informamos que não será mais necessário o pagamento pela entidade da taxa de publicação da Portaria de Renovação de Outorga.
2. Sendo assim, o processo será encaminhado para publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 03/04/2018, às 07:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2825121** e o código CRC **DE33C343**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 2825121

PORTARIA Nº 7.589 -SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000729/1998 e nº 53900.017343/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JANDAIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jandaia / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.590 -SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000125/1999 e nº 53900.009880/2014-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 510, de 16 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 58, de 26 de março de 2018, Seção 1, página 2, onde se lê: "CNPJ sob o nº 21.858.948/0001-52", leia-se: "CNPJ sob o nº 78.186.228/0001-05".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO****GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA****ATO Nº 2.466, DE 29 DE MARÇO DE 2018**

Processo 53516.001265/2018-19.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.489, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.001495/2018-88.

Expede autorização à UMUSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.670.226/0001-89, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO**ATO Nº 1.421, DE 5 DE MARÇO DE 2018**

Processo nº 53500.003596/2018-62.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.589, DE 11 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.008422/2018-96.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV IMPRENSA LTDA, CNPJ 19.375.350/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Aurora do Pará/PA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.732, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53504.003481/2018-38.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SECURITY SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA , CNPJ/MF nº 12.415.356/0001-75, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.828, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.011529/2016-50.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ABIX TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 03.068.511/0001-33, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.839 - Processo nº 53500.007907/2018-62.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à M T I SOLUTIONS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.542.135/0001-44, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Especializado.

Nº 1.842 - Processo nº 53504.003523/2018-31.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TURBOSP INTERNET PROVIDER LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.857.777/0001-90, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.845 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL, CNPJ 09.110.037/0001-47, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Caraguatatuba/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.872, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização à COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS DE TAXI DE VITÓRIA DA CONQUISTA - RADIOTÁXI, CNPJ/MF nº 22.386.706/0001-76, para executar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo território nacional, e outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução do Serviço.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.913, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.011598/2016-63.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS, CNPJ/MF nº 37.113.180/0001-28, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 22 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.030 - Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SISCOM TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 01.479.100/0001-05, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.035 - Processo nº 53500.008842/2018-72.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ADRIANO CIRILO PASQUAL DONEDA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 07.432.007/0001-21, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.186, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.005132/2018-91.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NETPAL TELECOM LTDA.-EPP, CNPJ/MF nº 01.499.812/0001-96, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 2258 Processo nº 53504.203367/2015-63.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ABIX TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 03.068.511/0001-33, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.262 Processo nº 53500.010194/2018-14.

Expede autorização à PEDRO LOPES DA SILVA NETO - ME, CNPJ/MF nº 03.623.052/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.263 - Processo nº 53500.009553/2018-91.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

Nº 2.264 - Processo nº 53500.008974/2018-02.

Expede autorização à S. DANTAS QUEIROZ TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 13.438.567/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.266 - Processo nº 53500.009078/2018-52.

Expede autorização à FERNANDES E SILVA PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 27.890.957/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.273 - Processo nº 53500.010367/2018-02.

Expede autorização à J. DE OLIVEIRA VELOSO JUNIOR - ME, CNPJ/MF nº 17.654.767/0001-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.276 - Processo nº 53500.010185/2018-23.

Expede autorização à JG MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.748.906/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.278 - Processo nº 53500.010369/2018-93.

Expede autorização à ALEXSANDRO MORAIS CARNEIRO, CNPJ/MF nº 13.511.113/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.308 - Processo nº 53500.010190/2018-36.

Expede autorização à ADAILTON TEIXEIRA FERREIRA - ME, CNPJ/MF nº 26.356.232/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.309 - Processo nº 53500.008132/2018-42.

Expede autorização à AJR FIBERVISION TECNOLOGIA E TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 26.336.629/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.310 - Processo nº 53500.009948/2018-93.

Expede autorização à CHARLES F R MONTEIRO - ME, CNPJ/MF nº 19.123.432/0001-18, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.342 - Processo nº 53500.009792/2018-41.

Expede autorização à MAURO CESAR FILETO, CNPJ/MF nº 17.535.861/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.343 - Processo nº 53500.002174/2018-70.

Expede autorização à WRENET TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.814.764/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.344 - Processo nº 53500.010580/2018-14.

Expede autorização à JE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 11.807.875/0001-16, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.009880/2014-14.**

Entidade: **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 7590/2017, de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2018, renovou-se a outorga d a **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho – PE. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo n º 53900.009880/2014-14, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/04/2018, às 09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2836490** e o código CRC **0532AEBC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 2836490

PRE ENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 5433/2018/SEI-MCTIC, 16/02/2018
53900.009880/2014-14

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS
CARVALHOS

Rua João Paes Barreto, nº 42 - Alto do Soi - Ponte dos Carvalhos
54.580-660 Cabo de Santo Agostinho / PE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

SEI 53900.009880/20

Recebimento (AR) OF. 5433 JG087529292BR. (2937851)



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CNO7

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JG 08752929 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

27 FEV 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Serviço Público Federal
Ministério da Comunicações

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Brasília, 24 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.009880/2014-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PONTE DOS CARVALHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabo de Santo Agostinho / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20971/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 26/05/2018, às 12:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3005192** e o código CRC **9E53D798**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20971/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.009880/2014-14 - Nº SEI: 3005192

427 ASSOCIAÇÃO Cabo de Sa PE

007590/20 FS

03.004.577 53900.0098

5E+10

2602902

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
 53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
 53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
 53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
 53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
 53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
 53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
 53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
 53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
 53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
 53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
 53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
 53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
 53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
 53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
 53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
 53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
 53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
 53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
 53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
 53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
 53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
 53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
 53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
 53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
 53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
 53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
 53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
 53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
 53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
 53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
 53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
 53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
 53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
 53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
 53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
 53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
 53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
 53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
 53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
 53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
 53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
 53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
 53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
 53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
 53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
 53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
 53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
 53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
 53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
 53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.009880/2014-14.**

Entidade: **Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Matima Alvarenga** **Manis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliás Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **43199** e o código CRC **0E4A215E**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.009880/2014-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, inscrita no CNPJ nº 03.004.577/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28486/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7590, de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.009880/2014-14

SEI nº 4319977

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.009880/2014-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, inscrita no CNPJ nº 03.004.577/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28486/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7590, de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34333/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, nº 53900.009880/2014-14.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/09/2019, às 12:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654283** e o código CRC **889CBE58**.